

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA

BRUNO PEREIRA FARACO

TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS NOS
PORTAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA REGIÃO SUL DO BRASIL

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2015

BRUNO PEREIRA FARACO

**TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS NOS
PORTAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Governança Pública, do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Governança Pública e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Gomes de Carvalho

CURITIBA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F219t Faraco, Bruno Pereira
2015 Transparência das informações públicas nos portais das
instituições federais de educação profissional da região sul do Brasil / Bruno
Pereira Faraco.-- 2015.
122 f. : il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública,
Curitiba, 2015.
Bibliografia: p. 99-105.

1. Brasil - [Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011]. 2. Transparência na
administração pública - Brasil. 3. Educação profissional - Brasil. 4. Ensino superior -
Brasil. 5. Informações eletrônicas governamentais - Brasil - Controle de acesso.
6. Documentos públicos - Legislação - Brasil. 7. Administração pública -
Dissertações. I. Carvalho, Hélio Gomes de, orient. II. Universidade Tecnológica
Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e
Governança Pública. III. Título.

CDD: Ed. 22 – 351



TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação N° 42

**TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS NOS PORTAIS DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

por

BRUNO PEREIRA FARACO

Esta dissertação foi apresentada às 14h00 do dia **03/09/2015** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA, Área de Concentração – Planejamento Público E Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O(a) candidato(a) foi arguido(a) pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:

- (X) Aprovado
() Aprovado com restrições
() Reprovado

Prof. Hélio Gomes de Carvalho, Dr.
(PPGGP-UTFPR)

Profa. Isaura Alberton de Lima, Dra.
(PPGGP-UTFPR)

Prof. Argos Gumbowsky, Dr.
(PPGDR-UnC)

Visto da Coordenação

Prof. Heitor José Pereira, Dr.
(FGV/ISAE/PR)

Prof. Antonio Gonçalves de Oliveira, Dr.
Coordenador(PPGGP)

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Programa -

*Dedico este trabalho à minha amada esposa,
Luana Cristina Medeiros de Lara, e a meu
amado filho, Raffael de Lara Faraco.*

AGRADECIMENTOS

A oportunidade de cursar um Mestrado é uma experiência enriquecedora e única. O desafio de escrever a dissertação é uma tarefa árdua e muito laboriosa. A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de algumas pessoas, às quais eu gostaria de externar o meu mais profundo sentimento de gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ser fonte inesgotável de energia nas horas mais difíceis. A Jesus Cristo, por ser fonte inesgotável de esperança e fé e por seus ensinamentos norteadores sobre o amor, a paciência e a perseverança.

Aos meus pais, Célio e Rosângela, pelo amor, incentivo e por me proporcionarem uma base educacional de excelência.

À minha esposa Luana, pelo amor, incentivo, carinho e compreensão diante das minhas ausências e inseguranças. Ao meu filho Raffael que, mesmo sem ainda saber, é a razão maior de todos os meus esforços. Dedico este trabalho a vocês.

Ao professor doutor Hélio Gomes de Carvalho, pela valorosa contribuição e impecáveis orientações, as quais proporcionaram condições para que a realização deste trabalho fosse possível. Pela paciência, inteligência e pela serenidade com que conduz o seu trabalho, construindo ao seu redor um elo de respeito e de admiração.

Aos professores Argos Gumbowski, Isaura Alberton de Lima e Heitor José Pereira, pelas preciosas contribuições sugeridas a este trabalho.

Aos professores do Mestrado PGP, pelos valorosos ensinamentos e riquíssimas discussões em sala de aula.

Às profissionais Claudia Ortiz, Maria Laura Zocolotti, Fernanda Serafim e Gabriela Debas pelas sugestões e auxílio nas revisões.

Ao ex-reitor do Instituto Federal do Paraná, professor Irineu Mario Colombo, pela oportunidade profissional e estímulo ao desenvolvimento acadêmico.

Aos gestores dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil, que dispuseram do seu tempo para participarem da pesquisa.

Aos meus grandes amigos Uberson Rossa, Rodrigo Amaral, Róbson Pollo, Eduardo Simplício, Rodrigo Zandavalle, Jonas Alves e Ramon Tizon, pelas constantes palavras de incentivo e pelos prazerosos momentos de descontração tão necessários neste período.

Aos amigos e colegas do Mestrado, pelas valorosas contribuições, incentivo e espírito de mútua e permanente colaboração.

A todos, o meu Muito Obrigado!

*Nunca é alto o preço a pagar pelo
privilégio de pertencer a si mesmo.*

Friedrich Nietzsche

RESUMO

FARACO, Bruno Pereira. **Transparência das informações públicas nos portais das instituições federais de educação profissional da Região Sul do Brasil**. 2015. 122f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

Considerando a necessidade de comunicação entre a administração pública e a sociedade e seus cidadãos, da maneira mais efetiva e transparente possível, o objetivo desta pesquisa foi analisar o conjunto de elementos de transparência das informações públicas apresentadas pelos gestores nos portais dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, aplicada quanto à sua finalidade, e exploratória quanto ao seu objetivo. No intuito de explicar a problemática a partir dos referenciais teóricos publicados, foi utilizado como procedimento a pesquisa bibliográfica e o posterior estudo de campo nos seis Institutos Federais da Região Sul do Brasil. Assim, o referencial teórico abordou aspectos sobre a transparência pública e conceitos de informação e comunicação no setor público, apresentando índices de mensuração de transparência pública. O levantamento de dados junto aos Institutos buscou mensurar nos portais o grau de transparência das informações apresentadas pelos gestores, aplicando instrumento de pesquisa que permitiu a obtenção de índice de transparência para 11 categorias de itens pesquisados, além de verificar a presença nos portais dos itens considerados obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação. Em um segundo momento, buscou verificar, por meio de questionário, a percepção dos gestores dos Institutos sobre os aspectos que compõem o tema proposto, a fim de observar como acontece esse processo de comunicação entre os órgãos públicos e o cidadão. Os principais resultados obtidos enfatizam, de maneira geral, um baixo índice de divulgação das informações públicas, com menor média de divulgação para informações sobre responsabilidade social, ambiental e econômica, e maior média para as informações relacionadas aos dados gerais da instituição, desde sua estrutura administrativa até sua regulamentação. Também foi observado que nenhuma instituição pesquisada cumpre integralmente com as exigências da Lei de Acesso à Informação. Os resultados sobre a percepção do gestor demonstram uma tendência de divulgar as informações produzidas, mas fatores como a desorganização das informações nos portais, a falta de padronização na estrutura virtual e no tipo de linguagem utilizada, bem como a falta de mecanismos de participação e interação popular nos portais são determinantes no tocante aos problemas de acesso e de comunicação com o público em geral. Além disso, o pouco tempo de criação das instituições pesquisadas e do exercício do cargo de seus gestores também deve ser considerado como reflexo para os resultados encontrados. Dessa forma, a presente pesquisa realçou a importância do tema Transparência Pública e alcançou um resultado positivo para uma contribuição científica e social.

Palavras-chave: Governança. Transparência Pública. Portais. Informação Pública. Institutos Federais. Gestores. Governo eletrônico.

ABSTRACT

FARACO, Bruno Pereira. **Transparency of public information in the portals of professional education federal institutions in the South of Brazil**. 2015. 122p. Dissertation (Master of Planning and Public Governance) – Graduate Program in Planning and Public Governance (PPGPGP), Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2015.

Considering the need of communication between public management and society and its citizens, in a way which is more effective and transparent, the aim of this research was to analyze the transparency of public information presented by the managers of the portals of southern Brazil's Federal Institutes. It is a qualitative and quantitative research, applied as its purpose, and exploratory as its aim. In order to explain the issue from the theoretical frameworks published, it will be used as a procedure the bibliographic research and the further study field research in the six southern Brazil's Federal Institutes. Therefore, the theoretical framework approaches aspects about public transparency, concepts of information and communication in the public sector, and it presents measurement indexes of public transparency. The data collection with the Institutes sought to measure – in the portals – the level of transparency of the information presented by the managers, applying a search tool which provided the transparency index of eleven categories of the researched items, besides verifying the presence of the required items by Access to Information Law. In the sequence, it sought to verify the Institutes managers' perception of the aspects which composes the proposed theme, for the purpose of observing how the process of communication between public agencies and the citizen is happening. The main results obtained emphasize, in a general way, a low level of public information propagation, with a lower average of propagation to the information about social, environmental and economic responsibility, and a greater average to the information related to the institution's general data – from its management structure to its ordinance. It was also observed that no institution which was researched fully comply with the demands of the Access of Information Law. The results about the manager perception demonstrate a tendency in publishing the produced information, however, elements such disorganization of information in the portals, lack of standardization of the virtual structure and type of language to use, and lack of procedures of popular participation and interaction in the portals are determiners to bring problems in the access and in the communication with the public. Besides, the short time of institutions' creation and the short time of the managers assuming their functions must be considered as a reflex of the found results. Therewith, the present study highlighted the importance of Public Transparency theme and it reached a positive result to a scientific and social contribution.

Keywords: Governance. Public transparency. Portals. Public Information. Federal Institutes. Managers. E-government.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ÍNDICES DE MENSURAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	48
QUADRO 2 - INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL DO BRASIL.....	61
QUADRO 3 - RESUMO ORIENTATIVO	64
QUADRO 4 - CATEGORIAS DO INDEXDUF.....	66
QUADRO 5 - CATEGORIA 1: DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	67
QUADRO 6 - CATEGORIA 2: ATIVIDADES ACADÊMICAS (ENSINO)	68
QUADRO 7 - CATEGORIA 3: ATIVIDADES ACADÊMICAS (PESQUISA).....	69
QUADRO 8 - CATEGORIA 4: ATIVIDADES ACADÊMICAS (EXTENSÃO).....	70
QUADRO 9 - CATEGORIA 5: INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE GESTÃO	71
QUADRO 10 - CATEGORIA 6: CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	72
QUADRO 11 - CATEGORIA 7: INFORMAÇÃO SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL	73
QUADRO 12 - CATEGORIA 8: INFORMAÇÃO SOBRE CONDIÇÕES DE QUALIDADE ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DA INSTITUIÇÃO	74
QUADRO 13 - CATEGORIA 9: INFORMAÇÃO RELATIVA À NAVEGABILIDADE, ACESSO E DESENHO DA PÁGINA WEB.....	75
QUADRO 14 - CATEGORIA 10: E-SERVIÇOS.....	76
QUADRO 15 - CATEGORIA 11: E-PARTICIPAÇÃO.....	77
QUADRO 16 - ITENS DE PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA PRESENTES EM 100% DOS PORTAIS DOS INSTITUTOS	78
QUADRO 17 - RESULTADO DOS DEMAIS ITENS DE PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA PELA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - AMOSTRA PREVISTA X AMOSTRA OBTIDA	56
TABELA 2 - CONHECIMENTO PELO GESTOR DO CONJUNTO DE LEIS, NORMAS E DECRETOS APRESENTADOS SOBRE A TEMÁTICA DA TRANSPARÊNCIA.....	80
TABELA 3 - QUANTIDADE DE NORMAS PRINCIPAIS APRESENTADAS AO GESTOR PARA VERIFICAR SEU CONTATO COM A LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA	81
TABELA 4 - PERCEPÇÃO DO GESTOR SOBRE O CONJUNTO DE NORMAS SOBRE TRANSPARÊNCIA NO MOMENTO DE PUBLICAR OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO	81
TABELA 5 - PERCEPÇÃO DO GESTOR SOBRE A FREQUÊNCIA ELE PERCEBE O FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA EM SUA INSTITUIÇÃO.....	81
TABELA 6 - PERCEPÇÃO DO GESTOR SOBRE AS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS POR SUA UNIDADE COMPÕEM O RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL AO TCU (RELATÓRIO DE GESTÃO).....	82
TABELA 7 - QUANTO À FREQUÊNCIA COM QUE AS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA UNIDADE SÃO DISPONIBILIZADAS PARA ACESSO	84
TABELA 8 - MOMENTO EM QUE AS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA UNIDADE SÃO DISPONIBILIZADAS PARA ACESSO NO PORTAL ELETRÔNICO DA INSTITUIÇÃO/CÂMPUS	85
TABELA 9 - LINGUAGEM UTILIZADA NA MAIORIA DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA UNIDADE E DISPONIBILIZADAS NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO/ CÂMPUS, PARA LIVRE ACESSO DO PÚBLICO EM GERAL.....	86
TABELA 10 - LINGUAGEM UTILIZADA NAS INFORMAÇÕES E NOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO/CÂMPUS.....	86
TABELA 11 - RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA UNIDADE NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO/CÂMPUS PARA O PÚBLICO EM GERAL	87
TABELA 12 - GRAU DE CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA UNIDADE E DISPONIBILIZADAS NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO/CÂMPUS	88
TABELA 13 - PERCEPÇÃO DO GESTOR SOBRE O FORMATO DO PORTAL DA INSTITUIÇÃO	89
TABELA 14 - PERCEPÇÃO DO GESTOR SOBRE O ACESSO AS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS POR SUA UNIDADE.....	89

TABELA 15 - DISPONIBILIZAÇÃO NO PORTAL DOS MEIOS DE CONTATO ELETRÔNICOS DA UNIDADE DE RESPONSABILIDADE DO GESTOR	89
TABELA 16 - PERCEPÇÃO DO GESTOR SE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NO PORTAL INSTITUCIONAL TÊM COMO FOCO O INTERESSE E AS NECESSIDADES DO CIDADÃO.....	90
TABELA 17 - PERCEPÇÃO DO GESTOR SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO	90
TABELA 18 - ATUALIZAÇÃO DE CONTEÚDO INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO/CÂMPUS	91
TABELA 19 - PRESENÇA DE SISTEMA DE BUSCA NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO/CÂMPUS	91
TABELA 20 - PRESENÇA DE MECANISMOS DE INTERAÇÃO NO PORTAL DA INSTITUIÇÃO/CÂMPUS	92

LISTA DE SIGLAS

CEFET/MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
E-GOV	Governo Eletrônico
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFFarroupilha	Instituto Federal Farroupilha
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFSul	Instituto Federal Sul-rio-grandense
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXTO.....	16
1.2 TEMA E PROBLEMA	18
1.3 OBJETIVOS	19
1.3.1 Geral.....	19
1.3.2 Específicos	20
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	20
1.5 JUSTIFICATIVA.....	21
2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	23
2.1 LEGISLAÇÃO E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	27
2.2 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA	29
2.3 ELEMENTOS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	32
2.3.1 Publicidade	34
2.3.2 Compreensibilidade	35
2.3.3 Utilidade.....	36
2.4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	37
2.4.1 Informação pública e transparência: o dever estatal de informar	38
2.4.2 Evidenciação e divulgação das informações públicas	40
2.4.3 Governo Eletrônico e ferramentas E-gov.....	43
2.5 ÍNDICES DE MENSURAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	46
2.5.1 Quadro comparativo: Dixon, Coy e Tower (1991), Rosário <i>et al.</i> (2011), Católico (2011)	47
2.5.2 IndexDuf - o índice desenvolvido por Pessoa (2013)	48
3 METODOLOGIA	50
3.1 CARACTERÍSTICAS E TÉCNICAS DA PESQUISA	50
3.2 UNIVERSO E PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM	53
3.2.1 Rede Federal.....	56
3.2.2 Institutos Federais de Educação Profissional	59
3.2.3 IFs Região Sul	61

3.3	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	62
3.4	TÉCNICAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	63
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	65
4.1	TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.....	65
4.1.1	Síntese do Grau de Transparência dos Portais - Categorias do Índice IndexDuf.....	65
4.1.1.1	Dados gerais da instituição	66
4.1.1.2	Atividades acadêmicas (ensino).....	67
4.1.1.3	Atividades acadêmicas (pesquisa).....	69
4.1.1.4	Atividades acadêmicas (extensão).....	70
4.1.1.5	Informação financeira e de gestão	70
4.1.1.6	Características da informação financeira	72
4.1.1.7	Informação sobre responsabilidade social	73
4.1.1.8	Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica.....	74
4.1.1.9	Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página <i>web</i>	74
4.1.1.10	E-Serviços.....	76
4.1.1.11	E-Participação.....	77
4.1.2	Presença nos portais dos itens considerados obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação	78
4.1.3	Familiaridade do gestor com a Legislação Específica sobre Transparência Pública	80
4.2	PRESENÇA DE ELEMENTOS DE TRANSPARÊNCIA NAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NOS PORTAIS.....	83
4.2.1	Percepção do gestor sobre a publicidade.....	83
4.2.2	Percepção do Gestor sobre a compreensibilidade	85
4.2.3	Percepção do gestor sobre a Utilidade.....	87
4.3	DIMENSÕES DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E FERRAMENTAS <i>E-GOV</i>	88
4.3.1	Percepção do gestor sobre a Dimensão Física - <i>E-Gov</i>	88

4.3.2	Percepção do gestor sobre a Dimensão Intelectual - <i>E-Gov</i>	90
4.3.3	Percepção do gestor sobre a Dimensão Comunicacional - <i>E-Gov</i>	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
5.1	ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS	93
5.2	CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA.....	96
5.3	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	98
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE - FORMULÁRIO 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES - PERCEPÇÃO SOBRE O TEMA PROPOSTO	106
	ANEXO - FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS	114

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte da exposição dos principais aspectos inerentes ao estudo, possibilitando, de maneira sintetizada, uma compreensão acerca do tema proposto, a partir da explanação da metodologia aplicada, bem como dos aspectos que demonstram a sua relevância e dos objetivos pretendidos com a sua realização.

A pesquisa foi realizada nos Institutos Federais da região Sul do Brasil e pretende contribuir para aperfeiçoar o processo de comunicação entre a Administração Pública e a sociedade, mensurando a existência de possíveis diferenças no grau de transparência de instituições públicas semelhantes, em uma mesma região geográfica e dentro do mesmo nível e esfera governamental.

1.1 CONTEXTO

O Estado brasileiro passa por uma fase importante no processo de consolidação de sua democracia. Nesse momento, o cidadão é entendido como um usuário dos serviços públicos, que usufrui de seus direitos constitucionais por meio da utilização de ferramentas institucionais que legitimam seu papel de cidadão, exercendo o controle social mediante a fiscalização dos agentes e instituições públicas.

Constantemente, presencia-se uma contínua evolução digital que permite o contato individual com um volume significativo de informações, resultando num encadeamento complexo de ideias. A disponibilização de dados é constante e imediata no meio digital; entretanto, saber filtrar, pinçar e processar as informações passa a ser vital no processo de construção do conhecimento.

Nesse novo cenário, em que a oferta e a procura de informações são uma ferramenta cada vez mais valiosa, o avanço tecnológico facilitou o acesso aos meios de comunicação, porém a preocupação inicial com a qualidade desse volume de informações aconteceu de maneira muito tímida. O bombardeio crescente de informação, causado também pela variedade e celeridade dos meios de comunicação,

reflete-se numa reação de estresse e perda de eficiência no trabalho, resultando num quadro em que a sobrecarga de informação pode redundar em desinformação, tendo em vista que o potencial de captação do homem – do ponto de vista físico, mental e psicológico – continua restrito.

As mudanças socioeconômicas, culturais e tecnológicas, vivenciadas nas últimas décadas com o advento da globalização, da sociedade da informação e do conhecimento, e do desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, têm demonstrado dois problemas: o excesso de informação disponível, que pode dificultar a recuperação da informação realmente relevante, e a necessidade de decisões cada vez mais céleres, na medida em que a tecnologia fornece os meios de comunicação imediatos e necessários, conforme a concorrência global assim exige (AMARAL; SOUSA, 2011).

Entendendo esse novo paradigma e preocupando-se com a qualidade das informações, a Administração Pública brasileira adequou-se à tecnologia investindo em ferramentas capazes de possibilitar a comunicação direta com os cidadãos, permitindo o controle em tempo real e promovendo a transparência de seus atos.

Essa nova forma de administrar e governar, mais acessível a todos, também é denominada de “governo eletrônico”, ou simplesmente *e-gov*, a qual é uma maneira de disponibilizar o acesso à informação a toda sociedade utilizando-se de novas tecnologias de informação e comunicação.

Além de ser uma das principais formas de modernização do Estado, o governo eletrônico está fortemente apoiado em uma nova visão da utilização das tecnologias para os serviços públicos, transformando a maneira com que o governo interage e se comunica com o cidadão, empresas e outros governos (ABRANSON; MEANS, 2001 *apud* DINIZ *et al.*, 2009).

Ademais, o governo eletrônico não se limita à simples automatização de processos e disponibilização de serviços públicos por meio de serviços *online* na internet, interferindo também na maneira como o governo, pelo uso da TIC, atinge os seus desígnios para o cumprimento da função do Estado.

1.2 TEMA E PROBLEMA

Em consonância com a legislação vigente, observa-se a mera publicidade dos atos públicos, mas essas informações raramente permitem aos cidadãos uma análise crítica sobre o seu conteúdo.

A publicidade não implica a presença de transparência. Enquanto a primeira permite apenas o acesso à informação pública, a transparência possibilita uma maior apropriação social. Nesse sentido, Mendes, Coelho e Branco (2007) asseveram que o Princípio da Transparência tem fundamento implícito na Constituição Federal e, por isso, tem força vinculante com relação ao atuar administrativo, em toda a sua plenitude. Ele é considerado mais amplo que o princípio da publicidade, e, dessa construção jurídica, conclui-se que na Administração a transparência é a regra, enquanto o sigilo é a exceção (MENDES; COELHO; BRANCO, 2007).

Em outras palavras, dar publicidade não significa dar garantia de transparência e participação popular. A sociedade, a partir de um processo educacional, deve entender sua posição dentro do estado democrático de direito, transformando as informações disponíveis em conhecimento. Na maioria das vezes, o acesso às informações, sejam elas digitais ou não, apresenta problemas de ordem física, intelectual e de comunicação, sendo os sítios eletrônicos, a linguagem e a forma de publicação empecilhos diretos para uma plena interpretação e compreensão dos fatos, dificultando ainda mais o exercício da cidadania.

Os portais virtuais das instituições públicas precisam estruturar-se, permitindo aos cidadãos e usuários um adequado acesso aos conteúdos produzidos pelos agentes públicos no exercício de suas funções. Em instituições públicas novas, recém-criadas, como é o caso dos Institutos Federais, esse processo pode ser ainda mais complexo, pois além da provável pouca experiência de seus gestores, há a necessidade da presença de uma série de elementos para que a transparência das informações e a comunicação com os usuários aconteçam de maneira efetiva.

Diante disso e dentro do contexto apresentado, foi extraída a seguinte pergunta de pesquisa: em que nível de acesso e de transparência encontram-se as informações públicas disponibilizadas pelos gestores nos portais dos Institutos Federais?

Observa-se que o tema transparência é tratado pelos autores sob diversos aspectos, seja como princípio constitucional, ferramenta de controle social, obrigação legal, alicerce da democracia, entre outros. Na presente pesquisa, pretende-se abordar a transparência como um importante princípio da governança pública, que na busca de sua essência permite adequado acesso virtual às informações disponibilizadas pelas instituições públicas.

Para isso, a pesquisa foi realizada nas novas instituições de educação profissional, ou simplesmente Institutos Federais, mais especificamente nos institutos presentes na Região Sul do Brasil. O grau de transparência foi medido sob o aspecto da presença de determinadas informações públicas disponibilizadas nos portais eletrônicos e também sob a percepção dos dirigentes e gestores das instituições pesquisadas.

Entretanto, com o decorrer da pesquisa e para dar plenitude ao assunto estudado, o tema Transparência poderá também ser objeto de análise sob outros aspectos julgados relevantes.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Analisar o conjunto de elementos da transparência das informações públicas apresentadas pelos gestores nos portais dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil.

1.3.2 Específicos

Obter, com base em índice de mensuração de transparência, o grau de transparência dos portais dos Institutos Federais do Sul do Brasil.

Verificar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelas instituições pesquisadas.

Verificar a percepção dos gestores sobre as informações públicas disponibilizadas para acesso nos portais institucionais.

Verificar a percepção dos gestores sobre a presença dos elementos de transparência (Publicidade, Compreensibilidade e Utilidade) nos meios e nas ferramentas e-gov disponibilizadas para acesso pelas instituições.

Verificar a percepção dos gestores sobre o nível de transparência das informações públicas nos portais virtuais sob as dimensões física, intelectual e comunicacional.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia aplicada no desenvolvimento desta pesquisa refere-se a uma pesquisa descritiva, uma vez que não interferiu no processo. Como procedimento foi utilizada a pesquisa bibliográfica, objetivando explicar a problemática a partir dos referenciais teóricos publicados que tendem a refletir em seu aspecto futuro. Foi utilizada também a pesquisa de campo nas seis instituições públicas federais do Sul do Brasil.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem do problema, visto que a intenção era contribuir para o processo de aperfeiçoamento das ferramentas de transparência pública pelo qual vem passando o Estado, no intuito de oferecer cada vez mais informações públicas fidedignas e essenciais ao processo de consolidação do estado democrático de direito. Trata-se também de uma pesquisa quantitativa, pois alguns itens pesquisados foram mensurados e classificados conforme os aspectos observados sobre o tema proposto.

Objetivou-se, a partir dos referenciais teóricos, relatar fatores que interferem na plenitude da transparência pública diante das informações disponibilizadas pelos órgãos e entidades governamentais. Para subsidiar a pesquisa, foram utilizadas informações obtidas mediante pesquisas na legislação correspondente, pesquisas em livros, artigos, *sítes* da internet e dissertações que tratam da transparência, necessárias para subsidiar a problemática. Foi realizada pesquisa documental nos documentos físicos e digitais acessíveis aos usuários, além de dois questionários eletrônicos do tipo estruturado, como instrumento de pesquisa, um a ser aplicado aos portais institucionais e outro aos gestores das instituições.

1.5 JUSTIFICATIVA

A transparência é um importante mecanismo de combate à corrupção e de controle sobre a aplicabilidade com eficiência dos recursos pelos agentes públicos, sobre a observância dos princípios da administração pública na gestão da coisa pública. Entretanto, sua presença isolada não é garantia de que todos esses elementos estejam presentes. É preciso que o cidadão entenda o processo de planejamento de um Estado para que possa perceber o seu papel de agente fiscalizador das políticas públicas e consiga manejar as ferramentas de transparência disponibilizadas pelas instituições públicas, utilizando adequadamente como aliadas as informações percebidas e processadas.

A legislação, na última década, vem acompanhando esse processo de transparência, o que é comprovado pelo surgimento da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela Lei Complementar 131/2009, também chamada Lei da Transparência, e pela Lei 12.527, de 18 de novembro de 2012, também chamada Lei de Acesso à Informação.

Percebe-se, pelo teor da legislação citada, que no Brasil não há omissão na regulamentação da transparência. Mesmo assim, o controle social é exercido de maneira muito tímida pelos cidadãos. Recorre-se à história do país para justificar que a principal inércia da sociedade tem origem na questão cultural; ou seja, sua

população não apresenta uma educação política adequada. Não é costume sequer o simples acesso aos dados públicos, não havendo, portanto, qualquer apropriação social das informações contidas nos documentos públicos disponibilizados pelas instituições. Como consequência desse quadro tem-se a presença da publicidade apenas como obrigação legal, deixando uma lacuna para que a transparência das informações seja de fato um dos pilares da democracia.

A presente pesquisa pretende contribuir para diminuir essa lacuna, mensurando a existência de possíveis diferenças no grau de transparência de instituições públicas semelhantes, em uma mesma região geográfica e dentro do mesmo nível e esfera governamental. Pretende também verificar a percepção dos gestores de cada instituição quanto ao tema, a fim de observar como está acontecendo esse processo de comunicação entre os órgãos e a sociedade, sugerindo melhorias no processo. A pesquisa foi desenvolvida em seis instituições federais de educação profissional, e seu resultado reflete um cenário presente na administração pública.

Pretendeu-se com essa pesquisa, portanto, além de responder ao questionamento do problema da pesquisa, realçar a importância do tema Transparência Pública e alcançar um resultado positivo para uma contribuição científica e social.

2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

O capítulo em apresentação tem o objetivo de explicar acerca do instituto da transparência nos setores públicos e suas principais peculiaridades, bem como relatar brevemente a respeito da governança pública e dos princípios que a integram no que diz respeito ao setor de interesse da pesquisa.

Pela perspectiva histórica, sabe-se que, embora o emprego do vocábulo governança não seja recente, o conceito e a importância hoje atribuídos a essa palavra foram construídos junto a organizações privadas, notadamente, nas últimas três décadas. O contexto em que se desenhou o primeiro conceito operacional de governança, na acepção que se conhece hoje, provavelmente diz respeito ao momento em que os proprietários de algumas entidades jurídicas delegaram a terceiros autoridade e poder para administrar suas corporações (TCU, 2014).

Nesse viés, o conceito inaugural de governança buscou contemporizar divergências entre proprietários e administradores que, não raras vezes, ainda geram conflito de interesses, na mesma proporção em que cada uma das partes envolvidas trata de potencializar os benefícios que lhes são favoráveis (TCU, 2014).

Não obstante a expressão governança pública encampar mecanismos de avaliação, direção e monitoramento, também envolve as interações que se estabelecem entre estruturas, processos e a capacidade política e administrativa de um governo agir para dar respostas efetivas e resolutividade a problemas públicos (GRAHN; AMOS; PLUMPTRE, 2003).

Assim, em outros termos, o vocábulo governança se refere a arranjos formais e informais que determinam como as decisões políticas são postas em prática e, por conseguinte, refletem a perspectiva da manutenção dos valores constitucionais de um país frente à diversidade de problemas e atores sociais num ambiente em constante mudança.

As turbulências que surgiram a partir da década de 1980 ensejaram a discussão acerca da governança aplicada nos setores públicos, e um dos resultados dos documentos produzidos na ocasião foi o estabelecimento de quatro princípios básicos que informam a boa prática da governança em organizações

públicas – transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade institucional (IBGC, 2009).

Desde a citada década, ocorreu uma tendência de tornar o setor público mais eficiente e ético que deu causa ao surgimento de uma diversidade de estudos sobre governança pública. Essa tendência foi reforçada pela publicação do Guia de padrões de boa governança para serviços públicos, de autoria conjunta entre o The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy e o Office for Public Management Ltd. (2004).

Em território nacional, desde a redemocratização do país foram produzidas importantes publicações no setor de interesse do estudo. Sem desmerecer a importância do arcabouço jurídico-legal e da diversidade de publicações que contribuíram para introduzir estruturas de governança no Brasil, impende destacar o papel primordial que a Carta Política de 1988 tem exercido em favor da governança pública.

Nesse sentido, pelo art. 1.º, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tem-se que a República é Estado Democrático de Direito. No campo da governança pública, traduz-se no poder que a sociedade civil possui para eleger seus representantes, e, por conseguinte, embora o poder seja exercido pelo governo ele advém do povo (BRASIL, 1988).

Para levar a termo o exercício do poder e assegurar que o Estado cumpra os direitos e garantias do cidadão, referidos direitos e garantias foram insculpidos no art. 5.º da Carta Constitucional de 1988, a organização política e administrativa do Estado foi descrita no art. 18 da seguinte forma: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Ademais, o legislador constituinte de 1988 também definiu papéis e responsabilidades e estabeleceu o sistema de freios e contrapeso da doutrina constitucional norte-americana, haja vista que ao prever diferentes funções estatais para cada qual dos poderes também conferiu prerrogativas para o bom exercício dessas funções de modo a harmonizar os três poderes em benefício da sociedade e ao mesmo tempo introduziu estruturas de controle interno e externo (MORAES, 2009).

A governança pública está, portanto, relacionada ao ato de governar, a uma estrutura de governo, à forma de exercício do poder e à gestão integrada e democrática de políticas públicas e planos setoriais para o desenvolvimento sustentável, buscando minimizar os problemas de gestão.

Bem assim, a eficaz governança em um setor público deve seguir alguns princípios como a equidade, responsabilidade por prestar contas, obediência às leis, definição de responsabilidades e a transparência. Este último contempla a chamada transparência pública, que pode ser entendida, sucintamente, como um mecanismo destinado ao conhecimento pela sociedade das contas e ações governamentais e conseqüentemente à ampla participação dos usuários na gestão governamental.

Segundo o IBGC (2009), a transparência, como um princípio de governança pública, refere-se, mais que a obrigação de informar, ao desejo de disponibilizar às partes interessadas as informações que sejam de seu interesse, e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e conduzem à criação de valor.

A gestão pública transparente é um direito amplamente assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil e lei infraconstitucional, primordialmente a partir dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, acarretando obrigação imposta a todos os administradores públicos.

A Lei Maior, ao tratar da participação da sociedade na gestão governamental, com o intuito de efetivar a transparência pública, assim dispõe em seu artigo 37, §3.º:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998) [...]

[...] §3.º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998).

I as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998);

- II o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5.º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998);
- III a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998) (BRASIL, 1988).

Conforme o exposto, a própria lei regula a participação do usuário, mediante o acesso às informações e avaliação periódica da qualidade dos serviços prestados pelos entes governamentais, possibilitando o efetivo acesso às informações de atos praticados pela gestão pública.

Há a necessidade de que os entes públicos disponibilizem à sociedade as informações essenciais para que o cidadão visualize os passos desenvolvidos pelo poder público no cumprimento de suas atribuições legais.

A atividade exercida pelos entes públicos se dá com recursos advindos da sociedade, portanto, é coerente que esta exija dos poderes públicos a prestação de contas que demonstre a correta arrecadação e aplicação desses recursos.

Ademais, através de uma gestão transparente, o gestor público deve facilitar aos cidadãos o acesso à informação, divulgando de forma clara e de fácil entendimento, atentando não somente à divulgação de informações e prestação de contas, mas também à forma como estas são disponibilizadas à sociedade (GUERRA, 2003).

No mesmo sentido, Souza *et al.* (2009, p.8) salientam que “a administração não pertence aos gestores, mas sim à sociedade, que delega aos administradores a responsabilidade de gerir o que é público em consonância com os princípios e fundamentos baseados na lei”.

Outrossim, sobre o mesmo assunto, Guerra (2003, p.91) ainda ressalta que:

A transparência aparece na lei como mecanismo mais amplo que o princípio da publicidade, posto que este prevê a necessidade de divulgação das ações governamentais, ao passo que aquele determina, além da divulgação, a possibilidade de compreensão do conteúdo, ou seja, a sociedade deve conhecer e entender o que está sendo divulgado (GUERRA, 2003, p.91).

Portanto, assim como a administração é pública, públicos também devem ser os atos praticados e serviços prestados, garantindo a concretização da democracia popular, sob pena de sanções administrativa, civil e penal em caso de infrações legais.

Deste modo, ante a imposição prevista em norma constitucional e infraconstitucional, os entes públicos devem velar pela coisa pública, uma vez que atuam em nome de todos os cidadãos, prestando contas e divulgando informações pertinentes de forma a gerir com transparência.

Realizadas algumas considerações a respeito da transparência pública, tratar-se-á nos tópicos subsequentes de alguns aspectos inerentes ao tema, iniciando pela abordagem a respeito da legislação aplicada à gestão pública transparente.

2.1 LEGISLAÇÃO E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A disseminação do uso da internet na administração pública brasileira faz com que praticamente todo o país disponha de *site* na rede digital. Entretanto, a transparência pública só é imposta aos entes governamentais por meio de normas constitucionais e infraconstitucionais, que asseguram aos cidadãos o amplo acesso às informações relacionadas à gestão pública.

Além da expressa previsão na Constituição da República Federativa do Brasil, algumas leis infraconstitucionais foram criadas dada a preocupação com a divulgação de informações relacionadas à gestão governamental.

Uma das normas mencionadas é a Lei 9.755/98, que institui a criação pelo Tribunal de Contas de *homepage* na rede de computadores, com o intuito de divulgar dados e informações referentes à administração pública, tais como:

- I os montantes de cada um dos tributos arrecadados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, os recursos por eles recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio (caput do art. 162 da Constituição Federal);
- II os relatórios resumidos da execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (§3.º do art. 165 da Constituição Federal);
- III o balanço consolidado das contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários (art. 111 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964);

- IV os orçamentos do exercício da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os respectivos balanços do exercício anterior (art. 112 da Lei n.º 4.320, de 1964);
- V os resumos dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior (caput do art. 26, parágrafo único do art. 61, §3.º do art. 62, arts. 116, 117, 119, 123 e 124 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993);
- VI as relações mensais de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta (art. 16 da Lei n.º 8.666, de 1993) (BRASIL, 1998).

Em maio de 2000, com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, instituiu-se um mecanismo de maior controle nas contas públicas, estabelecendo-se ampla fiscalização e transparência na gestão governamental.

Um dos principais objetivos estabelecidos pela referida Lei é a responsabilidade social, que segundo Gorga e Bergamasco (2011) prevê aspectos como:

- A participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos já referidos;
- A disponibilidade das contas dos administradores, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade;
- A emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, igualmente de acesso público e ampla divulgação.

Deste modo, busca-se envolver a sociedade nos procedimentos de gestão pública e orçamentária, a fim de que se estabeleça uma maior fiscalização e transparência nas atividades estatais.

Ademais, a partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a exigência de publicação de uma série de demonstrativos e relatórios, exigiu-se que autoridades fizessem uso de seus endereços eletrônicos de forma mínima com o intuito de realizar propagandas pessoais e de maneira mais assídua no que concerne à prestação de contas à população.

A referida norma cuidou de tratar em seu capítulo IX, especificamente, acerca dos aspectos inerentes à transparência pública, controle e fiscalização, detalhando as informações que deverão constar dos demonstrativos e relatórios de prestações de contas.

Cumprir citar o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que traduz expressa e sucintamente o papel primordial da referida norma infraconstitucional:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000).

Desse modo, é imprescindível a previsão expressa em norma constitucional e infraconstitucional, uma vez que se busca alcançar o amplo e efetivo acesso da sociedade às informações relacionadas à gestão pública.

Em uma abordagem mais recente, percebe-se um acompanhamento da legislação no sentido de criar e aperfeiçoar mecanismos de controle sobre os agentes públicos no que tange à transparência de seus atos, elencando no rol de suas atribuições o dever de informar atos, fatos e decisões. Em ordem cronológica, pode-se citar a própria LC 101/2000 (LRF), a Portaria CGU n.º 262/2005, o Decreto 5.482/2005, a Portaria Interministerial CGU/MP n.º 140/2006, a Lei Complementar 131/2009, a Lei n.º 12.527/11 e o Decreto n.º 7.724/2012.

Realizada a abordagem dos principais aspectos legiferantes relacionados à transparência na gestão governamental, passa-se a explanar no tópico seguinte sobre a Lei n.º 12.527/2011, ou simplesmente Lei de Acesso à Informação Pública, destacando suas principais peculiaridades.

2.2 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

O direito de acesso às informações está previsto desde a Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 5.º, inciso XXXIII:

Art. 5.º [...]

[...] XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

A acessibilidade à informação concretiza algumas garantias em favor do cidadão (pleno desenvolvimento da pessoa humana, igualdade, soberania

popular), responde aos preceitos democráticos de publicidade da ação dos órgãos dotados de prerrogativas públicas e contribui para a eficiência e a imparcialidade da atividade administrativa (MARTINS JÚNIOR, 2010).

Ainda, nas palavras de Maria Sylvia Zanela Di Pietro (2001, p.121), o direito de informação, assegurado e previsto no ordenamento jurídico brasileiro “é como pedra fundamental da transparência administrativa em proveito de seus plurais fins e medida de ampliação da atividade participativa do cidadão no aspecto do controle popular da Administração Pública”.

O acesso à informação pública, já amparado e previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, passou a ser regulamentado pela Lei 12.527/11, após várias reivindicações realizadas principalmente por entidades defensoras da transparência pública.

A lei mencionada regulamenta o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5.º, no inciso II do §3.º do art. 37 e no §2.º do art. 216, todos da Constituição da República Federativa do Brasil. Bem assim, a lei infraconstitucional altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 2011).

A partir da promulgação da Lei de Acesso à Informação pública foram ampliados os mecanismos de obtenção de informações e documentos, cabendo à Administração Pública atender às demandas de toda a população.

Conforme dispõe o artigo 2.º da referida lei, estão sujeitos à prestação de informações aos cidadãos todos os órgãos da administração direta e indireta dos poderes Executivo e Legislativo, incluindo Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes da Federação (BRASIL, 2011).

Além disso, também estão sujeitas às normas descritas na referida lei as entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos, no caso de receberem recursos públicos diretamente do orçamento ou indiretamente mediante convênio, acordo, termo de parceria, subvenção social, contrato de gestão, ajuste ou outros instrumentos. No entanto, em virtude do tema abordado, foi exposto na presente pesquisa acerca da aplicação da referida norma com relação somente aos entes públicos.

Os entes públicos, conforme mencionado em momento oportuno, sujeitam-se à obediência dos princípios que regem a administração pública, previstos de maneira explícita ou implícita no ordenamento jurídico brasileiro.

Para assegurar o direito fundamental de acesso à informação, os procedimentos realizados pelos órgãos públicos devem ser executados de acordo com os princípios da administração pública, conforme determina o artigo 3.º da Lei n.º 12.527/11:

Art. 3.º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

Desse modo, em função da previsão expressa das diretrizes legais, a lei garante amplo acesso às informações públicas. Além disso, amplia-se ainda mais a aproximação dos cidadãos junto às entidades governamentais, garantindo-lhes o direito de apresentar pedido de acesso à informação a qualquer órgão público, por qualquer meio legítimo, desde que se identifique e especifique a informação requerida sem necessidade de alegar os motivos da solicitação.

A normativa prevê ainda a responsabilização dos agentes públicos que agirem em desacordo com o texto legal, conforme determina o artigo 32 da Lei n.º 12.527/11:

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar: I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública; III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação; IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal; V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal

cometido por si ou por outrem; VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado. (BRASIL, 2011).

Cumprido mencionar que, em virtude do dever atribuído à Administração Pública de gerir com transparência, é fundamental que seja desenvolvida na sociedade uma cultura transparente, para que esta tome conhecimento do seu direito de acesso à informação e saiba como usufruir deste direito para acompanhar as ações governamentais.

Outrossim, em busca da eficácia da referida norma infraconstitucional, há ainda, em caso de o agente público não atender determinado pedido de informação solicitada pelo indivíduo, ou a informação apresentar-se incompleta, a possibilidade de o prejudicado interpor recurso à autoridade superior que se negou a prestar a informação ou o fez precariamente.

Frise-se, pois, que diante do mencionado, a Lei n.º 12.527/11 inovou no ordenamento jurídico brasileiro ao regulamentar o direito constitucional de acesso à informação, que se apresenta como instrumento fundamental de acesso e transparência pública na administração dos entes governamentais.

Após a abordagem sucinta acerca de alguns aspectos consideráveis da Lei de Acesso à Informação, passa-se a expor no tópico seguinte acerca dos elementos caracterizadores da transparência pública.

2.3 ELEMENTOS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Conforme apresentado, a divulgação eficaz das informações governamentais apresenta-se como sendo de suma importância na caracterização da transparência nos setores públicos e na amplitude do acesso dos cidadãos aos serviços de gestão pública.

A divulgação das informações governamentais consubstancia-se na divulgação de relatórios, realização de audiências públicas e até mesmo na

prestação de contas dos chefes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e tem como objetivo primordial gerar maior confiabilidade entre o gestor (governo) e os administrados, usuários dos serviços públicos (cidadãos).

Nas palavras de Souza *et al.* (2009 *apud* GUADAGNIN, 2011, p.4):

A transparência nos atos da administração pública tem como desígnio impedir ações impróprias e eventuais como o uso indevido dos bens públicos, por parte dos governantes e administradores. Alargando o acesso dos cidadãos às informações públicas, em todas as esferas, a fim da edificação de um país mais democrático, onde todos os segmentos da sociedade possam desempenhar com êxito o controle social, ajudando na efetivação de uma gestão mais eficaz e eficiente (SOUZA *et al.*, 2009 *apud* GUADAGNIN, 2011, p.4).

A transparência pública apresenta como objetivo primordial divulgar às partes interessadas não somente informações previstas em lei ou regulamentos, mas também quaisquer dados que sejam de interesse da população, gerando um clima de confiança e credibilidade entre a administração governamental e os usuários dos serviços públicos.

Igualmente, a gestão pública deve se desenvolver segundo os ditames da clareza, abertura e simplicidade, pois o poder de comunicação do documento terá influência em sua melhor e mais ampla utilização, e sua difusão será tanto mais abrangente quanto maior for a clareza que refletir (VUORI, 2012).

Assim, tal mecanismo caracteriza-se não somente pela prestação de contas mas também pela forma como as informações são disponibilizadas aos usuários, levando-se em consideração aspectos como objetividade e clareza, com o intuito de garantir amplo e efetivo acesso aos dados disponibilizados pelos entes públicos (PLATT NETO *et al.*, 2007).

Desse modo, a gestão pública transparente requer uma ampla divulgação de toda e qualquer informação referente às contas públicas, de maneira compreensível, buscando ainda a utilidade dessas informações para que possam ser fiscalizadas.

Partindo desse pressuposto, a transparência na gestão pública exterioriza-se por meio de três requisitos: publicidade, compreensibilidade e utilidade, os quais foram tratados e conceituados mais adiante.

Cumprindo mencionar, por ora, que a publicidade é caracterizada como a ampla divulgação das informações em tempo hábil e por diversos meios; a

compreensibilidade diz respeito à prestação de informações com linguagem mais acessível; e a utilidade pressupõe a relevância e a confiabilidade das informações disponibilizadas (PLATT NETO *et al.*, 2007).

Objetivando esclarecer os elementos caracterizadores da transparência pública, tratar-se-á nos tópicos subsequentes de cada um deles – a publicidade, a compreensibilidade e a utilidade.

2.3.1 Publicidade

A publicidade, elemento caracterizador da transparência pública, diz respeito à ampla divulgação de informações à população, propiciando o acesso em múltiplos meios, de baixo custo e domínio dos usuários.

Ainda, sobre a definição do elemento publicidade, Meirelles (2005, p.94) assevera que:

Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. Daí porque as leis, atos e contratos administrativos que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem exigem publicidade para adquirirem validade universal, isto é, perante as partes e terceiros (MEIRELLES, 2005, p.94).

Nas palavras de Martins Júnior (2010, p.37), “publicidade significa comunicar ao público algo que não pode ter caráter reservado”, ou seja, expor ao público-alvo, usuários dos serviços públicos, informações condizentes com a gestão governamental. No mesmo sentido, Platt Neto *et al.* (2007, p.42) afirmam que “a publicidade compreende ampla divulgação das informações, diferentes meios de acesso e tempestividade”.

O elemento publicidade pode ser considerado como o primeiro estágio da transparência administrativa, pois, ao tornar o ato público, o administrador proporciona à sociedade o conhecimento e o acesso a informações que até então se encontravam apenas em poder dos entes públicos. Ademais, assim como pública é a administração governamental, públicos também devem ser os atos e serviços prestados pela gestão, praticados de forma a concretizar-se a democracia social.

Assim, a eficácia de tal elemento caracterizador da transparência na gestão pública consubstancia-se na obrigatoriedade dos entes governamentais de publicar na internet uma série de atos, fatos e documentos, com o fim primordial de prestar contas a todos os cidadãos.

A publicidade garante ao poder público certa transparência, mas para que se efetive o amplo acesso a todos os cidadãos das informações dos atos praticados pela gestão pública, torna-se necessária a observância e a presença de outros elementos caracterizadores da transparência pública – a compreensibilidade e a utilidade – tratados nos tópicos subsequentes.

2.3.2 Compreensibilidade

A compreensibilidade das informações surge como elemento propiciador e facilitador da tomada de decisões. Desse modo, quando a informação é compreendida pelo público-alvo, esta pode tornar-se útil para a tomada de decisão.

Este elemento diz respeito à apresentação visual, incluindo a formatação das informações e a linguagem utilizada, que deve ser acessível aos usuários (PLATT NETO *et al.*, 2007).

Entretanto, cabe ressaltar que a compreensibilidade demanda a construção de um conhecimento mínimo necessário. Assim, este elemento está relacionado à forma de apresentação das informações ao público-alvo, usuários dos serviços públicos.

Desse modo, partindo-se do pressuposto de que a comunicação só se dá efetivamente quando atinge o destinatário, os dados abstratos precisam se revestir de significado para que se transformem em informação concreta ao usuário (GIACOMONI, 2007).

Portanto, é imprescindível que o administrador público utilize uma linguagem simples e acessível, que possa enquadrar-se ao perfil dos usuários, objetivando o correto e efetivo entendimento das informações transmitidas.

Cumpre mencionar que a gestão pública não é a única responsável pela compreensão das informações e dados transmitidos, uma vez que o público-alvo quando desprovido de entendimento, deve procurar sanar as dúvidas, caso ocorram.

Assim, embora o administrador público seja o principal responsável pela prestação de contas e transmissão de informações de maneira clara e concisa, é preciso que os usuários atentem para a correta observância do conteúdo disponibilizado.

Para finalizar a abordagem dos elementos caracterizadores da transparência na gestão pública, passa-se a discorrer na sequência acerca da utilidade, elemento associado à importância da informação disponibilizada aos administrados.

2.3.3 Utilidade

A utilidade como elemento de transparência pública diz respeito à relevância das informações disponibilizadas aos usuários. Segundo Platt Neto *et al.* (2007, p.85), “a utilidade se fundamenta na relevância e na confiabilidade das informações”, ou seja, na garantia de que a informação divulgada seja verídica.

Ademais, Platt Neto *et al.* (2007, p.86) asseveram que:

A relevância, por sua vez, pode ou não coincidir com os interesses dos usuários. Associada à relevância, está a confiabilidade das informações a que os usuários têm acesso, ou seja, a garantia de veracidade do que é divulgado. A comparabilidade deve ser propiciada entre períodos e entre entidades (PLATT NETO *et al.*, 2007, p.86).

Assim, para que a informação disponibilizada seja útil ao usuário, ela precisa ser relevante, passível de comparação e confiabilidade, fornecendo auxílio no acompanhamento e avaliação das atividades governamentais.

Para que a transparência seja efetiva e amplamente proporcionada pelos órgãos públicos, é imprescindível a presença de cada um dos elementos mencionados, uma vez que estes se complementam e interagem uns com os outros, constituindo uma informação pública, dotada de clareza e relevância aos administrados.

2.4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Conforme mencionado, alguns princípios como a evidenciação e a publicidade têm sido consagrados como fundamentos da gestão fiscal responsável, ao prescreverem a necessidade de ampla divulgação de atos, procedimentos, relatórios e demonstrações financeiras à sociedade.

No cerne da transparência está a comunicação efetiva dos resultados dos serviços gerados pelo poder público diretamente ao cidadão, sendo que o gestor dispõe de meios físicos e virtuais para divulgação à ampla gama de interessados. Neste sentido, vale salientar a Lei Complementar Federal n.º 131/2009, que determinou que todas as entidades gestoras de recursos públicos disponibilizem na internet informações detalhadas sobre suas contas; portanto, verifica-se uma conjugação de normativas e dos princípios de evidenciação, publicidade e transparência, a fim de que seja garantida a plena comunicação dos resultados das contas públicas aos cidadãos contribuintes (BRASIL, 2009).

Nas palavras de Batista (2010, p.40):

[...] informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social (BATISTA, 2010, p.40).

Desse modo, quando se trata de informar e comunicar o público de maneira eficaz, tem-se não somente a disponibilidade de acesso a toda a população, mas também a necessidade de zelar pela correta apresentação, linguagem e conteúdo dos dados e informações produzidas, bem como garantir adequados meios e instrumentos capazes de atender a um fluxo contínuo de comunicação entre transmissor e receptor, ou governo e sociedade. Além de ser um princípio da governança pública, a transparência é também essencial para o exercício de todo tipo de controle, em especial o controle exercido pelos cidadãos, também chamado de controle social.

2.4.1 Informação pública e transparência: o dever estatal de informar

Consagrado pela legislação constitucional como direito fundamental, o direito à informação constitui pressuposto ao exercício de todos os outros direitos fundamentais, uma vez que o efetivo exercício destes depende do acesso e conhecimento alcançado pelos usuários.

Neste sentido, Franco (2012, p.10) afirma que “o livre acesso às informações é um alicerce para o conhecimento da realidade na qual o indivíduo e a coletividade estão inseridos”, o que permite aos cidadãos tomar decisões pessoais de maneira livre e autônoma.

Ao passo que é garantido o direito de informação a todos os cidadãos, ao Estado é atribuído o dever de informar, o que pode ser exigido pelo particular, uma vez que tal direito-dever é expressamente assegurado pela legislação brasileira.

Assim como todos os direitos fundamentais, o direito à informação não é absoluto, apresentando restrições quanto à sua aplicabilidade, expressas no artigo 5.º, XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 5.º [...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Cumprir mencionar, no entanto, que apesar da imposição das restrições mencionadas acima, em regra, o poder estatal deve atender aos pedidos de informação, conforme dispõe a Lei Maior, estabelecendo-se critérios jurídicos com base no caso específico.

Neste sentido, já se posicionou o Supremo Tribunal Federal, quando em decisão fundamentada afirmou que:

A publicidade e o direito à informação não podem ser restringidos com base em atos de natureza discricionária, salvo quando justificados, em casos excepcionais, para a defesa da honra, da imagem e da intimidade de terceiros ou quando a medida for essencial para a proteção do interesse público (STF, 2.ª T., RMS 23.036-RJ, Rel. Min. Nelson Jobim, J. 28.03.06).

Além da previsão expressa na Constituição da República Federativa do Brasil, o dever de informar encontra amparo também na Lei n.º 12.527/11, quando em seu artigo 8.º assim dispõe:

Art. 8.º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§1.º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

- I registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III registros das despesas;
- IV informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
- VI respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (BRASIL, 2011).

Levando-se em consideração a previsão constitucional e infraconstitucional, constitui regra o dever estatal de prestar informações pertinentes a todos, independentemente de requerimentos e ainda em locais de fácil acessibilidade.

Ademais, é nítida a relação entre o dever estatal de prestar informações e a transparência pública na gestão pública, de modo que ao mesmo tempo em que beneficia os administrados, possibilitando prévio acesso à informação, proporciona à administração economia de tempo e de recursos disponibilizados para o fornecimento de dados à população.

Na área educacional, a transparência dos atos e informações é de fundamental importância na relação entre os órgãos que compõem a educação pública e os usuários desse tipo de serviço prestado pelo Estado. O processo educacional deve, então, considerar os mecanismos de comunicação com a comunidade como parte de seus processos educativos. Como assegura Moran (1994, p.22) “a escola precisa, enfim, no seu Projeto Educativo, considerar a questão dos Meios de Comunicação e da comunicação como parte importante – e não marginal – do processo educativo integral do novo aluno-cidadão, visando construir uma sociedade realmente democrática.”

O conjunto de concepções e diretrizes da educação pública profissional destaca que a comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais. Por outro lado, a proposta traz em seu bojo não o autoritarismo de implantação e implementação, mas a crença de que, ao entrar em contato com a cultura de um território, ela altera-se a partir do processo interativo instaurado. (MEC, 2010, p.23)

Bem assim, a efetividade da transparência na gestão pública também encontra suporte no amplo acesso das informações disponibilizadas, na divulgação clara e concisa e na apropriação social, aspectos abordados no tópico seguinte.

2.4.2 Evidenciação e divulgação das informações públicas

A evidenciação está associada ao conceito de transparência. Dessa forma, pode ser definida como a disseminação de informação relevante e confiável acerca do desempenho operacional, financeiro, das oportunidades de investimento, da governança, dos valores e riscos (BUSHMAN; PIOTROSKI; SMITH, 2004).

De outro modo, a palavra *disclosure* pode ser compreendida como “divulgação”, sendo que o termo comumente é utilizado para a divulgação de informações e também evidenciação. Neste sentido, a evidenciação traduz-se como requisito fundamental à realização do objetivo principal da ciência contábil: fornecer informações para a tomada de decisões.

Ao utilizar-se da evidenciação, a contabilidade descreve em seu trabalho final o máximo de detalhamento relevante, transparência, compreensibilidade dos dados coletados, a fim de obter um processo de interação efetiva entre usuários e o sistema contábil.

Segundo Goulart (2010, p.81), “evidenciação pode ser compreendido como a abertura da empresa por meio da divulgação de informações garantindo a transparência corporativa diante do público e dos participantes de mercado”.

Ainda, para Hendriksen e Breda (1999, p.512), “no sentido mais amplo da palavra, divulgação simplesmente quer dizer veiculação da informação”. No entanto, “os contadores tendem a utilizar esta palavra num sentido ligeiramente mais restrito, tratando da veiculação da informação financeira, a respeito de uma empresa dentro de um relatório financeiro, geralmente o relatório anual”.

Os autores Aquino e Santana (1992 *apud* DALMÁCIO; PAULO, 2004, p.4) fazem uma referência aos conceitos de evidenciação:

Evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza e que evidente é aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente. [...]. Talvez pudéssemos unir essas conceituações e dizer que evidenciação significa divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado (AQUINO; SANTANA, 1992 *apud* DALMÁCIO; PAULO, 2004, p.4).

Uma evidenciação eficaz deve apresentar algumas características, seja quanto à divulgação como às informações que se pretende tornar públicas. Deve-se entender o tipo de usuário para que se possa entender como se devem divulgar as informações e quais e/ou como as informações devem ser apresentadas.

A evidenciação deve ser feita mediante uma divulgação que mostre as informações aos usuários de forma clara, precisa, íntegra, e que reflita a situação atual da empresa. Assim, o administrador deve ter cuidado especial ao evidenciar as informações, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, respeitando os conceitos de materialidade e relevância.

Embora as informações necessitem ser repassadas aos usuários de maneira clara e precisa, essa transmissão só é possível quando a informação é devidamente interpretada pelo sujeito, que passa a obter o acesso e poderá apropriar-se dela. Neste sentido, Bakhtin (1995, p.49) afirma que “se não houver a compreensão da palavra perde-se a significação da palavra e, em decorrência, a própria palavra, que se torna reduzida à sua realidade física, acompanhada do processo fisiológico de sua produção”.

Desse modo, a informação pública divulgada só apresenta real sentido ao usuário quando é transmitida com clareza pelos órgãos públicos, devidamente interpretada pelo indivíduo a partir de seus conhecimentos médios e da precisão

contida na informação, acarretando conseqüentemente a apropriação social das informações relacionadas à gestão governamental. Para que haja transparência na gestão pública é necessária, entre outros aspectos, a disseminação clara da informação prestada por parte do Estado, bem como a recepção da informação de maneira correta pelo administrado. Sobre o assunto, Batista (2010, p.87) afirma que “em relação a comunicação e a prestação de contas, a questão é mais complexa porque envolve a preparação do cidadão para realmente tomar conhecimento dos negócios públicos e também o estabelecimento de um fluxo comunicacional eficiente por parte do Estado”.

Essa problemática relacionada à transparência e ao acesso da informação pública exterioriza-se por meio de três dimensões: a dimensão física, a dimensão intelectual e a dimensão comunicacional.

A dimensão física consubstancia-se na dificuldade em acessar fisicamente determinado documento público. Essa dificuldade se dá em virtude de o sigilo ter se transformado em regra ao invés de exceção; pela falta de organização da informação pública em meio eletrônico ou impresso; ou ainda em virtude do excesso e escassez da informação (BATISTA, 2010).

A disseminação de informações de maneira desordenada, seja em meio físico ou eletrônico, torna inviável o acesso físico aos documentos públicos. Bem assim, a ausência de informações disponíveis e ordenadas também constitui obstáculo para a acessibilidade.

Segundo Batista (2010, p.84), esses empecilhos relacionados à dimensão física associam-se à inobservância por parte do Estado de mudanças nos padrões de produção e processamento das informações, o que acaba ocasionando uma situação em que:

[...] O Estado não controla a si mesmo, o que se expressa na fragilidade da maior parte de suas estruturas e recursos informacionais e na ausência de políticas de informação; a sociedade conseqüentemente não controla o Estado, devido às escassas possibilidades de acesso à informação pública (BATISTA, 2010, p.84).

No que tange à dimensão intelectual, esta se relaciona à compreensibilidade pela maior parte da população dos documentos públicos, levando-se em

consideração a linguagem utilizada e a forma de publicação da informação divulgada (SILVEIRA, 2012).

Assim, o problema da dimensão intelectual está ligado principalmente à dificuldade de acesso às informações divulgadas pelos órgãos públicos, uma vez que nesta dimensão o usuário já tem ao seu alcance a informação, no entanto, não a compreende em virtude da linguagem utilizada ou da forma como foi disponibilizada.

Nesse sentido, Batista (2010, p.228) salienta que “[...] o cidadão tem diante de si um complexo universo de normas jurídicas no âmbito administrativo, mas não sabe o que fazer com elas, como elas podem beneficiá-lo ou como ele pode ser afetado por elas”.

Desse modo, há que se considerar que o direito à informação consolidado na legislação constitucional e infraconstitucional abrange tanto o pleno acesso aos dados referentes à gestão governamental, quanto o direito a uma explicação coerente, de forma a garantir o entendimento e a correta interpretação pelos usuários.

Com relação à dimensão comunicacional, esta diz respeito à dificuldade de se tomar conhecimento da informação pública, em virtude da problemática comunicacional existente entre a sociedade e o Estado (SILVEIRA, 2012).

A solução para esse impasse se encontra no aumento do fluxo comunicacional entre a sociedade e o Estado, ampliando o acesso às informações e preparando os indivíduos para recepcioná-las de maneira compreensível e útil, a fim de contribuírem para a fiscalização das atividades estatais.

Considerando o exposto, por meio da observância das dimensões acima descritas, será possível proporcionar à sociedade a efetiva apropriação da informação pública e conseqüentemente a construção de uma relação mais concreta entre o Estado e a Sociedade, fortalecendo-se a democracia.

2.4.3 Governo Eletrônico e ferramentas E-gov

Em virtude das várias mudanças que ocorrem mundialmente e também do aprimoramento do conhecimento social advindo das novas tecnologias da informação e comunicação, a sociedade torna-se cada vez mais exigente quanto à efetividade das ações governamentais, utilização dos recursos públicos da melhor

forma e prestação de serviços de qualidade e acessíveis a todos. Em torno dessas mudanças, entra em cena o governo eletrônico (*e-gov*), que visa democratizar o acesso à informação aos cidadãos e viabilizar os serviços por meio de canais eletrônicos que proporcionem maior eficiência e transparência.

Para Habermas (1989, p.81), “o Governo Eletrônico pode ser entendido como um facilitador, passível de promover a intercomunicação entre os atores sociais para desempenhar o seu papel na sociedade, necessita de parceiros firmes para readequar e criar locais de acesso às informações”.

Segundo Silva Filho (2006, p.01):

Governo eletrônico é uma realidade em todo o mundo hoje em dia em maior ou menor escala a depender do grau de implantação nos países. Governos de todo o mundo têm concentrado esforços no desenvolvimento de políticas e definições de padrões em termos de tecnologias da informação e comunicação, comumente chamadas de TICs, visando construir uma arquitetura que ofereça suporte à interoperabilidade de modo a munir os cidadãos com acesso a informações e serviços (SILVA FILHO, 2006, p.01).

Em outros termos, e sucintamente, pode-se afirmar que por meio do *e-gov* o governo se apresenta como um novo conceito de prestação de serviços digitais, tanto ao cidadão quanto à própria entidade governamental. Por meio dessa informatização, o governo cria, desenvolve, implementa e vende tecnologias para atuar junto ao cidadão, modernizando sua gestão interna e promovendo a integração com parceiros.

Assim, entende-se que o governo eletrônico tem entre seus objetivos contribuir para o aumento da transparência e a participação da sociedade nas ações governamentais. Ademais, ao dispor de serviços e informações aos cidadãos, contribui para a transparência, aumentando o controle social e a cidadania.

Ademais, através do governo eletrônico ocorre a diminuição dos gastos da administração pública e a melhor utilização dos recursos – pois muitos serviços passam a ser realizados por meio eletrônico – pela própria sociedade e a qualquer hora. Isso gera diminuição no número de servidores e/ou terceirizados que até então realizavam atividades burocráticas (SANTOS; VIEIRA, s.d., p.8).

A prestação de serviços, informações e comunicações entre cidadãos e seus governos é realizada por meio dos portais, que beneficiam tanto a sociedade como o governo. A sociedade tem disponível as informações e os serviços em tempo integral, sem a necessidade de deslocamento, ganhando rapidez no acesso

e no tempo de execução, além de qualidade. O governo ganha maior capacidade de atendimento, custo reduzido e mais transparência.

A amplitude das tecnologias da informação e comunicação na gestão pública tem permitido o fornecimento de novos serviços aos cidadãos com o conseqüente fortalecimento da fiscalização e acesso às ações governamentais por parte da sociedade.

O *e-gov* constitui um conjunto de ferramentas informativas da internet criado para melhorar a prestação de serviços governamentais aos cidadãos. Esse tipo de governo e forma de governar se estrutura a partir da utilização das ferramentas de informação e comunicação propiciadas pela internet (CERQUINHO; TAVARES; PAULA (s.d.). Para seu efetivo funcionamento no meio social, o Governo Eletrônico dispõe de diversas ferramentas que permitem o acesso do usuário por meio da internet, aproximando-o da gestão governamental através de portais governamentais, fóruns, exposição de bancos de dados, aplicativos para telefonia móvel e telefones de serviço.

No entanto, apesar da diversidade de ferramentas *e-gov*, a mais usual entre os entes da administração pública ainda é o portal eletrônico, que traz informações desde a prestação de serviços aos cidadãos até a prestação de contas públicas pelo Estado, o que acarreta na efetividade do acesso e da transparência.

A assiduidade da utilização dos portais eletrônicos se dá principalmente pelo fato de tais ferramentas fornecerem aos cidadãos diversos benefícios relacionados à disponibilização de serviços e informações em tempo integral e célere, além dos benefícios gerados ao governo, que consegue atender a uma demanda maior da população, com redução de custos e amplitude de transparência em suas ações.

Nesse diapasão, Silveira (2001 *apud* CARNEIRO, 2006, p.28) aborda os principais elementos que devem ser observados na disponibilização eficiente de serviços e informações na internet:

- a) foco no interesse e necessidades do cidadão, considerando a diversidade de usuários;
- b) disponibilização de meios de contato eletrônicos (e-mail, chat, etc.);
- c) linguagem impecável, de forma direta, simples e com sentenças curtas;
- d) formato acessível, com interface amigável, *design* atraente e fácil de navegar;
- e) organização das informações de forma simples e coerente, e com sistemas de busca;
- f) portais funcionais, evitando-se leiautes pesados;
- g) atualização constante, tanto das informações do portal, quanto dos links;
- h) disponibilização de mecanismos de interação e *feedback*.

Desse modo, independentemente da ferramenta utilizada para a transmissão de informações ou prestação de serviços, é imprescindível a observância dos aspectos elencados acima, uma vez que o objetivo primordial da instituição do Governo Eletrônico é garantir uma melhora no atendimento, prestação de serviços e transparência na gestão pública.

No mesmo sentido, Carneiro (2006, p.32) afirma que:

Publicar na internet, conseqüentemente, requer cuidado quanto ao tratamento dos conteúdos informacionais, quer estejam esse sendo criados ou descritos. Pressupõe-se, portanto, a adoção de padrões e ferramentas adequados a sua organização, de modo que possibilite o acesso fácil e rápido à informação desejada (CARNEIRO, 2006, p.32).

Outrossim, as ferramentas de acesso *e-gov* estabelecem não somente a facilidade no acesso aos serviços prestados ou redução de custos por parte do Estado, mas criam também uma esfera de diálogo entre o administrador e os usuários, estimulando a interação e a discussão dos problemas sociais.

Ademais, facilitar o acesso a todos os usuários dos serviços públicos, indistintamente, é a mais autêntica forma de fazer com que os cidadãos participem efetivamente da gestão governamental e conseqüentemente construam uma relação de transparência com o administrador público.

2.5 ÍNDICES DE MENSURAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Os índices de mensuração de transparência pública permitem a constatação do grau de divulgação nas entidades governamentais, a partir de mecanismos de coleta de dados como entrevistas e questionários; posteriormente à análise dos resultados, chega-se a uma conclusão acerca do tema pesquisado.

Neste sentido, Hassan e Marston (2010, p.18) definem os índices de mensuração de dados como um “instrumento de pesquisa para medir a extensão da informação divulgada em um veículo específico de acordo com uma lista de itens selecionados”.

Para a composição da presente pesquisa, utilizou-se como base o índice construído por Pessôa (2013), que usou os índices desenvolvidos por Dixon, Coy e Tower (1991), Rosário *et al.* (2011) e Católico (2011) como base, adaptando-os para a construção do denominado IndexDuf, aplicado à realidade das Universidades Federais Brasileiras.

2.5.1 Quadro comparativo: Dixon, Coy e Tower (1991), Rosário *et al.* (2011), Católico (2011)

Com o intuito de melhor visualizar os índices mencionados por Pessôa (2011), que serviram de suporte para a construção do IndexDuf, podem ser observadas no quadro comparativo a seguir as peculiaridades inerentes aos índices construídos por Dixon, Coy e Tower (1991), Rosário *et al.* (2011) e Católico (2011).

continua

Aspectos	Dixon, Coy e Tower (1991)	Rosário <i>et al.</i> (2011)	Católico (2011)
Denominação técnica	Disclosure of Accountability Score ou AD-score; e posteriormente, no ano de 1993, Modified Accountability Disclosure Score MAD-score.	-	-
Origem	Construído a partir da investigação realizada em veículos de comunicação tradicionais (relatórios financeiros, relatórios anuais, demonstrações contábeis).	Construído a partir da investigação realizada em veículos de comunicação não tradicionais (<i>websites</i>), especificamente a partir de portais eletrônicos das 100 maiores Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do mundo.	Construído a partir da investigação realizada em veículos de comunicação não tradicionais (<i>websites</i>), especificamente a partir dos portais eletrônicos das Instituições de Ensino Superior públicas da Colômbia.
Objetivo Primordial	Mensurar o grau de divulgação pelas Instituições de Educação Superior da Nova Zelândia.	Mensurar o grau de divulgação das 100 maiores Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do mundo.	Mensurar o grau de divulgação das Instituições de Ensino Superior públicas da Colômbia
Estrutura	Em princípio composto por 43 itens divididos em quatro grupos: visão geral, desempenho dos serviços, desempenho financeiro e situação física e financeira; posteriormente alterou-se apenas o número de itens, reduzidos a 26.	Composto por 71 itens, dispersos em quatro aspectos de análise: e- Informação, e-Serviços, e- Participação e navegabilidade, desenho e acessibilidade.	Composto por 56 itens divididos em sete grupos: dados gerais da instituição, atividades acadêmicas (ensino), atividades acadêmicas (pesquisa), atividades acadêmicas (extensão), informação financeira e de gestão, informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página da <i>web</i> .

conclusão

Aspectos	Dixon, Coy e Tower (1991)	Rosário <i>et al.</i> (2011)	Católico (2011)
Mensuração dos dados	Caracteriza-se pela ponderabilidade e gradualidade. O cálculo dos resultados é realizado por meio de uma escala de pesos que variam de 0 a 3, onde 0 indica que não ocorre determinado fator, e 3 indica que determinado fator ocorre plenamente na instituição de ensino pesquisada.	Caracteriza-se pela ausência de ponderabilidade e gradualidade, além de cada item apresentar-se binário. O cálculo dos resultados é realizado com base em 0, quando da inoocorrência e 1, quando da ocorrência de determinado aspecto dentro da Universidade. Assim, o índice de divulgação surge a partir da soma dos itens e divisão do total de itens. Após o cálculo do índice de divulgação, utilizam-se ainda sete variáveis para compor modelo explicativo da variação no grau de divulgação entre as universidades. Realizados os cálculos estatísticos, observa-se que apenas três das sete variáveis apresentam relação relevante.	Caracteriza-se pela ausência de ponderabilidade e gradualidade, além da presença de variáveis binárias. Após o cálculo do índice de divulgação, utilizam-se ainda dez variáveis que compõem um modelo explicativo para o comportamento do grau de divulgação. Realizados os cálculos estatísticos, observa-se que apenas sete das dez variáveis apresentam relação relevante.

Quadro 1 - Índices de Mensuração de Transparência Pública

Fonte: O autor.

2.5.2 IndexDuf - o índice desenvolvido por Pessôa (2013)

A partir da adaptação de um índice existente é possível, além de adquirir novos conhecimentos, comparar trabalhos anteriormente realizados.

O Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), criado por Pessôa (2013), inclui os elementos dos índices criados por Dixon, Coy e Tower (1991), Rosário *et al.* (2011), e Católico (2011), mencionados e demonstrados anteriormente, considerando ainda os itens determinados pela legislação brasileira.

O índice resultante (IndexDUF) mantém inalteradas as características que permitam a comparação com os índices das pesquisas anteriores, isoladamente (PESSÔA, 2013). Assim como nas Universidades Federais, o IndexDUF é perfeitamente aplicável aos Institutos Federais, preservadas as características de cada instituição.

Com a aplicação desse questionário foi possível mensurar e obter os índices encontrados para 11 categorias de itens pesquisados, sendo elas atividades

acadêmicas (ensino), atividades acadêmicas (pesquisa), atividades acadêmicas (extensão), informação financeira e de gestão, informação sobre responsabilidade social, informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, características da informação financeira, informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página *web*, e-serviços, e-participação. Foi possível obter também a partir do conjunto de itens, a presença nos Portais dos itens considerados obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa objetivou a aquisição de conhecimento sobre o tema proposto para posterior aplicação prática em um caso concreto, qual seja, a verificação da transparência das informações públicas nos portais das instituições federais de educação profissional (Institutos Federais) da Região Sul do Brasil, com conseqüente apresentação dos resultados obtidos.

Com o intuito de melhor esclarecer e demonstrar, trata-se nos tópicos subsequentes de algumas peculiaridades inerentes aos procedimentos metodológicos utilizados na elaboração e desenvolvimento da presente pesquisa.

3.1 CARACTERÍSTICAS E TÉCNICAS DA PESQUISA

No que tange à presente pesquisa foi realizada uma relação de aspectos teóricos, colhidos por meio de consulta bibliográfica, e aspectos práticos, consubstanciados na realização de questionário aplicado em Instituições Federais de Ensino.

Para o desenvolvimento ideal da pesquisa científica, é necessário observar os métodos a serem aplicados. Pode-se entender por método um conjunto de técnicas coordenadas, que buscam orientar a aprendizagem, dando sentido de unidade a todos os passos do processo de ensino-aprendizagem. São procedimentos logicamente ordenados para elaborar e obter conhecimentos (GIL, 2010).

No mesmo sentido, Leonel e Motta (2007, p.64) afirmam que “se o pesquisador lança um problema de pesquisa, se deseja investigar um determinado fenômeno, precisa, antes de tudo, determinar o caminho a ser seguido para encontrar respostas para o seu problema”.

Assim, por constituir-se basicamente na ligação entre a dúvida e o conhecimento, estabelecer um método de pesquisa depende de fatores relacionados à natureza do objeto de estudo, e da ciência em que o objeto se situa, além da criatividade do pesquisador.

Nesta pesquisa, adotou-se como método o monográfico, que, segundo Marconi (2001, p.48) “estuda em profundidade determinado fato sob todos os seus aspectos”, sendo que, por meio desta pesquisa, verificou-se por meio de elementos predefinidos a transparência das informações públicas disponibilizadas nos portais dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil.

Na presente pesquisa, a técnica utilizada foi o questionário. Leonel e Motta (2007, p.79) ensinam que “o questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções, a fim de esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento”. Nesta pesquisa, foram aplicados dois questionários, com posterior coleta de dados dos instrumentos e conseqüente observância e comparação dos resultados obtidos por meio de duas ferramentas.

Conforme Lakatos e Marconi (2003, p.155), a pesquisa constitui-se em um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Desse modo, toda pesquisa origina-se com o intuito de encontrar respostas a questões postas, proporcionando ao pesquisador adquirir novos conhecimentos acerca do tema pesquisado. Classifica-se, pois, mediante o estabelecimento de alguns critérios, quanto ao nível de profundidade do estudo, quanto à abordagem e quanto aos procedimentos utilizados para a coleta de dados (LEONEL; MOTTA, 2007).

Cumprir mencionar que a presente pesquisa, no que tange à sua natureza, classifica-se como pesquisa aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos (GIL, 2010). Quanto ao nível, apresenta caráter exploratório, pois contempla levantamento bibliográfico, entrevistas, análise de exemplos e estudo de campo, proporcionando maior familiaridade com o objeto de estudo (LEONEL; MOTTA, 2007).

Quanto à abordagem, classifica-se como quantitativa, uma vez que estuda a transparência das informações nos portais virtuais pelo índice formulado por Pessoa, quantificando os dados extraídos. Classifica-se também como qualitativa, pois pelo segundo questionário foram obtidos alguns dados que revelam a percepção dos gestores sobre o tema proposto.

Ademais, ainda quanto à abordagem, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois se desenvolve por meio do estudo de um referencial teórico bibliográfico, de livros, revistas, artigos científicos, dissertações e outros trabalhos acadêmicos, que tiveram a intenção de buscar contribuições de diversos autores para o assunto pesquisado. Os resultados encontrados em ambos os instrumentos da pesquisa puderam ser confrontados, gerando novas percepções e resultados.

A respeito da pesquisa qualitativa, Minayo (1994, p.21) aduz que esta “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Sobre o assunto, Leonel e Motta (2007, p.106) assim expõe:

Por isso nesta abordagem, é necessário utilizar sempre o recurso das representações gráficas, principalmente, na forma de tabelas, quadros e gráficos, a partir da aplicação de instrumentos como questionários, por exemplo, que contenham questões fechadas, a fim de facilitar a análise e interpretação dos dados (LEONEL; MOTTA, 2007, p.106).

Outrossim, cumpre mencionar que, embora apresentem características distintas, a pesquisa pode apresentar abordagem qualitativa e quantitativa simultaneamente, quando o desenvolvimento do estudo e o problema proposto assim exigirem, o que ocorre na presente pesquisa.

Em relação ao procedimento utilizado para a coleta de dados, há vasta classificação encontrada na bibliografia. Entretanto, no caso da presente pesquisa, esta caracteriza-se como bibliográfica, documental, de levantamento e pesquisa de campo.

Leonel e Motta (2007, p.112) ensinam que a pesquisa bibliográfica “é aquela que se desenvolve tentando explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc.”. No caso da presente pesquisa, procurou-se a partir da consulta em diversos livros, periódicos e dissertações, ampliar os conhecimentos acerca dos principais conceitos pertinentes ao tema em estudo.

No que tange à pesquisa documental, de acordo com Pádua (1997, p.62):

[...] é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências (PÁDUA, 1997, p.62).

A documentalidade na presente pesquisa mostra-se a partir da consulta e avaliação de documentos disponibilizados em ambientes virtuais das Instituições Federais de Ensino que compõem o objeto da pesquisa.

Consoante Gil (2010, p.50), as pesquisas classificadas pelo tipo levantamento:

[...] caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados pesquisados (GIL, 2010, p.50).

Esse tipo de pesquisa procura analisar características de determinada população. Assim procedeu-se no presente, por meio de questionamentos aos gestores das Instituições Federais de Ensino, dos quais se procurou conhecer a percepção sobre o tema em estudo.

Outrossim, a pesquisa caracteriza-se também como pesquisa ou estudo de campo. Segundo Gil (2002, p. 53), “no estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo”. Desse modo, por meio da coleta de dados realizada por meio de questionários, foi possível mensurar, quantificar e extrair elementos que caracterizassem o nível de acesso das informações apresentadas e percebidas pelos gestores de cada uma das seis Instituições Federais de Ensino.

3.2 UNIVERSO E PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM

O universo pesquisado foi composto pelos gestores dos Institutos Federais, integrantes da Rede Federal de Educação Profissional da Região Sul do Brasil. A amostra selecionada referiu-se ao total de gestores dessas seis

Instituições, especificamente os que ocupam ou ocuparam nos últimos anos cargos de direção (CD). Sabe-se que, respeitados alguns critérios institucionais e orçamentários, os cargos de direção são cargos de livre nomeação pelo dirigente máximo da instituição, nesse caso o Reitor. Por esse motivo, tornou-se impreciso afirmar o número exato de cargos de direção ocupados/vagos em cada instituição, sendo que se utilizou para cálculo amostral a quantidade aproximada de cargos, não havendo prejuízo considerável nos resultados encontrados.

Desconsiderando a diferença de nomenclatura dos cargos de cada Instituto, a estrutura básica dos cargos de direção dessas instituições pode ser demonstrada, sucintamente, pela composição de um Reitor, um Chefe de Gabinete, cinco Pró-reitores, Assessores/Ouvidores, Auditor-Chefe, Diretores de Pró-reitorias, um Diretor Geral em cada câmpus, um Diretor de Administração e um Diretor de Ensino em cada câmpus. Supondo que cada um desses cargos esteja ocupado por um gestor, e que cada instituto tenha uma estrutura multicampi, foi deduzido o número aproximado de gestores para definição da população a ser pesquisada.

Para demonstração do cálculo realizado na definição da amostra e do número necessário de respondentes à pesquisa, utilizou-se o método apresentado por Barbetta (2011), que emprega as seguintes variáveis para calcular o tamanho mínimo da amostra:

N = tamanho (número de elementos) da população;

n = tamanho (número de elementos) da amostra;

n_0 = primeira aproximação para o tamanho da amostra;

E_0 = erro amostral tolerável.

O autor afirma que, para determinar o tamanho da amostra, é necessário especificar um erro amostral, que representa o quanto se admite errar na avaliação dos parâmetros analisados. Fixa-se uma tolerância entre 5% e 10% para esta pesquisa.

O primeiro cálculo proposto por Barbetta (2011), tamanho da amostra, é realizado desconsiderando o tamanho da população, empregando-se a seguinte fórmula:

$$n_0 = [1/(E_0)^2]$$

Cálculo da amostra

Com o tamanho aproximado de N (população) conhecido, que é o caso desta pesquisa, aproximadamente 100 Cargos de Direção por Instituto, totalizando uma população de 600 gestores, aplica-se a fórmula que segue:

$$n = [(N \times n_0) / (N + n_0)]$$

Aplicando as fórmulas para o erro amostral fixado de 5%, tem-se:

$$n_0 = 1/(0,05 \times 0,05) = 400$$

Substituindo na fórmula seguinte, obtém-se:

$$n = [(600 \times 400) / (600 + 400)] = 240 \text{ gestores}$$

Esses números representam o mínimo de retorno esperado de cada um dos grupos para um erro amostral máximo de 5%.

Agora, aplicando as fórmulas para o erro amostral fixado de 10%, tem-se:

$$n_0 = 1/(0,1 \times 0,1) = 100$$

Substituindo na fórmula seguinte, obtém-se:

$$n = [(600 \times 100) / (600 + 100)] = 86 \text{ gestores}$$

Esses números representam o mínimo de retorno esperado de cada um dos grupos para um erro amostral máximo de 10%.

Na busca de um retorno satisfatório das respostas e da representatividade da amostra, foram enviados por e-mail questionários eletrônicos personalizados para os gestores. O número de respostas e o erro amostral podem ser visualizados na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Amostra Prevista x Amostra Obtida

Universo da Pesquisa	População	Amostra Prevista		Amostra Obtida	
		5%	10%	Respostas	Erro obtido
		(erro)	(erro)		
Gestores (cargos de direção)	⁽¹⁾ 600	⁽¹⁾ 240	⁽¹⁾ 86	114	⁽¹⁾ 8%

Fonte: elaborado pelo autor.

(1) Valor aproximado com arredondamento.

Pode ser observado que o erro obtido de 8% garante confiabilidade à pesquisa.

Para melhor compreensão acerca das instituições pesquisadas que compõem o presente estudo, passa-se a esclarecer nos tópicos seguintes alguns aspectos inerentes à Rede Federal de Ensino, dando ênfase aos Institutos Federais da Região Sul do Brasil.

3.2.1 Rede Federal

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constitui um conjunto de instituições de ensino presentes em todo o território nacional, que oferece cursos de qualificação, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação.

É composta por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG); além de Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais.

A criação da Rede Federal de Ensino no Brasil remonta a um grande período histórico. Tudo começou quando, no ano de 1909, Nilo Peçanha assumiu a Presidência do Brasil e assinou o Decreto n.º 7.566 criando, em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (MOURA, 2010).

A partir de então o tema foi ganhando proporção ainda maior, e em 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública foi estruturada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, destinada a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. “Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes” (MOURA, 2010).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1937 foi a primeira a tratar especificamente do ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo em seu artigo 129 o seguinte:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937).

Anos depois, essas escolas são destinadas à formação de ensino profissional em todos os ramos e graus, sendo denominadas Liceus profissionais, e, em 1942, passaram a se chamar escolas industriais e técnicas. Nessa circunstância, os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à de sua formação, iniciando-se um processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do Brasil (SILVA *et al.*, 2009).

Em 1959, quando transformadas em autarquias, passam a se chamar Escolas Técnicas Federais, adquirindo autonomia didática e de gestão, sendo intensificada a formação de técnicos. E, no ano de 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e tinham como atribuição formar engenheiros de operação e tecnólogos (MOURA, 2010).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, no ano de 1996, a educação profissional ganhou destaque, regulamentando a lei supracitada sob vários aspectos relacionados às escolas de ensino superior (SILVA *et al.*, 2009).

Entretanto, no ano de 1998, com a publicação da referida lei, a Rede Federal passa por um momento difícil em sua história, pois vincula-se a criação de novas escolas a parcerias da União com outros entes, o que acarreta um grande prejuízo ao crescimento da rede (MOURA, 2010).

Após anos de embate, em 2004 a Rede Federal de Educação Tecnológica ganhou autonomia para criar e implantar cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica. Ademais, as escolas Agrotécnicas Federais receberam autorização excepcional para ofertar cursos superiores de tecnologia, em nível de graduação, fortalecendo a característica dessas instituições (MOURA, 2010).

A partir da implementação dessa política pública expansionista, ocorre o crescimento e o fortalecimento da Rede Federal, que sai de um patamar de 140 escolas criadas no período 1909-2002 chegando à soma de 562 instituições até o final de 2014, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

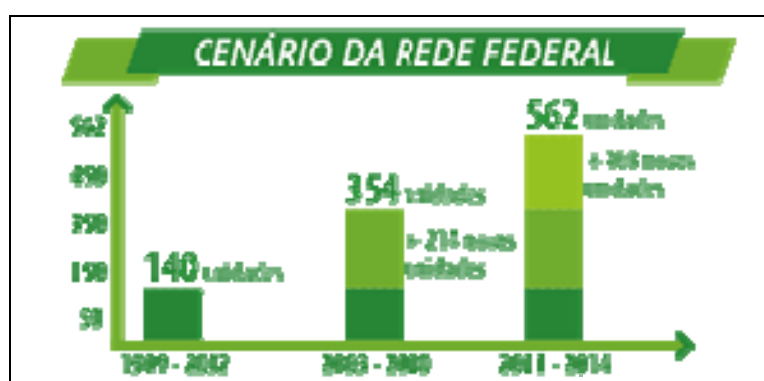


Gráfico 1 - Cenário da Rede Federal – 1909-2014
Fonte: MEC (2015).

Assim, em 2008, com a promulgação da Lei n.º 11.892, o governo federal investiu no programa de expansão da rede federal, fortalecendo a política pública de educação profissional e tecnológica, criando em todo o país 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tratados no tópico seguinte.

3.2.2 Institutos Federais de Educação Profissional

Os Institutos Federais de Educação Profissional foram criados em 2008, por meio da Lei n.º 11.892, que assim os define:

Art. 2.º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, e especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. §1.º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais (BRASIL, 2008).

Sobre o assunto, Pacheco *et al.* (2012 *apud* MORAES, 2014 p.75) asseveram que, com a criação dos Institutos Federais:

[...] busca-se romper com uma visão meramente instrumental da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por colocá-la sempre a serviço da acumulação capitalista, e procura-se abrir espaço para um movimento interno que vislumbra, no trabalho educativo, importante instrumento de política social, assumida como aquela voltada para a criação de oportunidades, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades (PACHECO *et al.*, 2012 *apud* MORAES, 2014 p.75).

Os IFs trazem como prioridade a oferta do nível médio na modalidade integrada, com a proposta de agregar à formação acadêmica a formação profissional. O artigo 6.º da Lei n.º 11.892/08 explicita as finalidades dos Institutos Federais:

Art. 6.º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008).

Ademais, a lei ainda inclui, além da oferta dos cursos de nível médio, a oferta de ensino superior de tecnologia e licenciaturas nas áreas com maior carência profissional. Em seu artigo 8.º são determinadas questões relacionadas à atuação pedagógica, mencionando o percentual de vagas a serem ofertados em cada nível de ensino, a fim de assegurar que os institutos direcionem sua experiência para todas as modalidades e níveis:

Art. 8.º No desenvolvimento de sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7.º desta Lei, e o mínimo de 20.º (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7.º (BRASIL, 2008).

Dessa forma, conforme o artigo mencionado em cada exercício, cada instituto deverá garantir o percentual de 50% das vagas ao ensino técnico de nível médio como principal foco de atuação institucional, priorizando a forma integrada ao Ensino Médio, sem torná-la exclusiva, respeitando-se as características regionais e institucionais.

A referida lei também garantiu a abertura para os demais níveis de atuação, como cursos de pós-graduação *latu sensu* e *strictu sensu*. Da mesma forma, a legislação prevê um percentual mínimo de 20% para os cursos de licenciatura nas áreas em que há maior carência profissional no país (Física, Química e Matemática) (BRASIL, 2008).

Ademais, é expressamente estabelecida também a composição do quadro executivo dos Institutos Federais, nos seguintes termos: “Art. 11.º, §2.º: Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores” (BRASIL, 2008).

Desse modo, os reitores e pró-reitores respondem executivamente pelo Instituto Federal a que pertencam. Ainda, segundo Moraes (2014, p.78), “As políticas públicas para os Institutos Federais reafirmam, também, a necessária relação com os arranjos produtivos locais e o subsídio ao desenvolvimento sócio-econômico local e regional por meio de um efetivo diálogo com outras políticas setoriais”.

Toda essa estrutura e organização oferecidas com a implantação dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil oportunizaram maior abrangência do ensino profissional no país, com o consequente aumento de qualificação para inserção no mundo do trabalho (MORAES, 2014).

A área geográfica da presente pesquisa abrange a Região Sul do país e, por conseguinte, os seis Institutos Federais de Educação Profissional que ali se encontram, abordados no tópico seguinte.

3.2.3 IFs Região Sul

Os Institutos Federais de Educação da Região Sul (IFs Região Sul) são compostos pelo Instituto Federal do Paraná, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal Farroupilha, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Instituto Federal de Santa Catarina e Instituto Federal Catarinense.

Cada um desses institutos compõe-se de estrutura e organização próprias, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela Lei 11.892/08, que regula os Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil.

A seguir, o quadro 2 apresenta os principais dados relacionados a cada um dos Institutos Federais que foram alvo da presente pesquisa.

Instituto Federal	Sigla	Estado	Portal
Instituto Federal do Paraná	IFPR	PR	www.ifpr.edu.br
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	IFSul	RS	www.ifsul.edu.br
Instituto Federal Farroupilha	IFFarroupilha	RS	www.iffarroupilha.edu.br
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	IFRS	RS	www.ifrs.edu.br
Instituto Federal Catarinense	IFC	SC	www.ifc.edu.br
Instituto Federal de Santa Catarina	IFSC	SC	www.ifsc.edu.br

Quadro 2 - Institutos Federais de Educação da Região Sul do Brasil

Fonte: O autor.

3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O primeiro questionário utilizado para a coleta de dados foi aplicado nos portais dos seis Institutos Federais, a partir da realização de perguntas fechadas, mediante escolhas predefinidas, com o intuito de mensurar o retrato atual da transparência das informações nos portais dessas instituições. No que diz respeito à sua estrutura, o questionário apresentou-se do tipo estruturado fechado e contemplou os questionamentos desenvolvidos por Pessôa (2013) na construção do denominado índice IndexDuf, que foi aplicado diretamente nos portais oficiais das instituições para verificação da presença ou não dos itens que compõem o questionário.

Ademais, o índice criado por Pessôa (2013) compõe-se de 139 itens, divididos em 11 categorias, a saber: atividades acadêmicas (ensino), atividades acadêmicas (pesquisa), atividades acadêmicas (extensão), informação financeira e de gestão, informação sobre responsabilidade social, informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, características da informação financeira, informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página *web*, e-serviços, e-participação, e a presença de itens obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação.

Todos os itens que compõem o IndexDuf são binários, onde 0 indica que determinado fator não ocorre e 1 indica que determinado fator ocorre na Universidade Federal pesquisada. Bem assim, o índice caracteriza-se pela ausência de ponderabilidade e gradualidade, uma vez que todos os itens apresentam o mesmo peso e não se considera o seu nível de ocorrência quando da mensuração dos dados.

Como segunda ferramenta, foi desenvolvido e aplicado um questionário estruturado fechado, com o intuito de verificar a percepção dos gestores sobre o tema proposto, no qual foi possível aos respondentes escolher entre respostas fixas, marcar apenas uma ou duas respostas, conforme orientação do instrumento, para cada uma das assertivas que compõem a pergunta, podendo-se desta forma comparar com rapidez e precisão as respostas recebidas, de forma padronizada.

Ademais, o questionário aplicado aos gestores foi composto de duas seções e foi criado e enviado por meio eletrônico. A primeira seção continha questões que

permitiram a identificação do gestor respondente. A segunda seção trouxe questões que permitiram captar dados sobre a familiaridade do gestor com o tema, presença dos elementos de transparência, publicidade, compreensibilidade, utilidade e dimensão física, intelectual e comunicacional da informação pública.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Realizada a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa foi composta pela análise e interpretação. Segundo Gil (1999, p.168), a análise e a interpretação, apesar de processos distintos, aparecem correlacionados na pesquisa científica:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p.168).

Assim, a quantificação dos dados colhidos, bem como sua posterior análise, permitiu o alcance das conclusões relativas ao objetivo geral estabelecido no início da presente pesquisa. Cada item que compõe os instrumentos de pesquisa foi consolidado em um índice percentual que representa o número de respondentes de cada item em relação ao total de respondentes do item pesquisado, possibilitando uma melhor análise e interpretação para cada aspecto observado.

Ademais, dado o método adotado para a elaboração da pesquisa, foi possível a transformação dos dados em quadros e tabelas, para que os mesmos fossem comparados e analisados sinteticamente e aproveitados em outros estudos e pesquisas científicas. O quadro a seguir demonstra um resumo das etapas da pesquisa, os fatores pesquisados, aspectos observados, referências da literatura e as questões elaboradas para responder aos objetivos da pesquisa.

Fatores pesquisados	Aspectos observados	Referências da literatura	Questões para responder aos objetivos da pesquisa
Transparência pública e legislação correlata	Transparência sobre dados gerais da instituição, ensino, pesquisa, extensão, informações financeiras e de gestão, responsabilidade social, qualidade administrativa e acadêmica, navegabilidade, acesso e desenho da página <i>web</i> , E-Serviços, E-Participação.	Grahng; Amos; Plumpre (2003); IBGC (2009), Moraes (2009), TCU (2014), Guerra (2003), Souza <i>et al.</i> (2009), Gorga e Bergamasco (2011), Martins Júnior (2010), Di Pietro (2001)	Formulário 1 - Questões 1 a 139. Objetivo Específico 1
	Presença nos portais institucionais dos itens considerados obrigatórios pela Lei 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação		Formulário 1 - Questões 1, 2, 19, 20, 21, 22, 23, 46, 47, 51, 67, 72, 86, 87, 88, 105, 109, 112, 114, 116, 121, 122, 138, 139. Objetivo Específico 2
	Familiaridade do gestor com os itens de publicação obrigatória por legislação específica sobre transparência		Formulário 2 - Questões 2.2a, 2.2b, 2.2c, 2.2d e 2.2e. Objetivo Específico 2
Presença dos elementos de transparência nas informações prestadas pelos gestores nos portais institucionais	Publicidade: é caracterizada como a ampla divulgação das informações em tempo hábil e por diversos meios	Souza <i>et al.</i> (2009 <i>apud</i> GUADAGNIN, 2011), Vuori (2012), Platt Neto <i>et al.</i> (2007), Meirelles (2005), Martins Júnior (2010), Giacomoni (2007)	Formulário 2 - Questões 2.3.1a, 2.3.1b, 2.3.1c. Objetivo Específico 3 e 4
	Compreensibilidade: diz respeito à prestação de informações com linguagem acessível		Formulário 2 - Questões 2.3.2a, 2.3.2b. Objetivo Específico 3
	Utilidade: pressupõe a relevância e a confiabilidade das informações disponibilizadas		Formulário 2 - Questões 2.3.3a, 2.3.3b. Objetivo Específico 3
Dimensões da informação e comunicação no setor público - ferramentas de Governo Eletrônico	Dimensão física - <i>E-gov</i>	Batista (2010), Silveira (2012), Habermas (1989), Silva Filho (2006), Santos; Vieira (2010) Cerquinho; Tavares; Paula (2014), Silveira (2001 <i>apud</i> Carneiro (2006), Carneiro (2006)	Formulário 2 - Questões 2.4.1a, 2.4.1b, 2.4.1c. Objetivo Específico 4
	Dimensão intelectual - <i>E-gov</i>		Formulário 2 - Questões 2.4.2a, 2.4.2b. Objetivo Específico 4
	Dimensão comunicacional - <i>E-gov</i>		Formulário 2 - Questões 2.4.3a, 2.4.3b, 2.4.3c. Objetivo Específico 4

Quadro 3 - Resumo Orientativo

Fonte: O autor.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo é destinado à análise dos dados coletados e resultados obtidos a partir da metodologia adotada na pesquisa. Os resultados refletem o grau de transparência dos portais institucionais, obtido por meio de índice de mensuração, e a percepção dos gestores dos institutos federais sobre os aspectos inerentes ao tema transparência pública.

4.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Este tópico demonstra os resultados obtidos com a aplicação do formulário de mensuração de transparência desenvolvido por Pessoa (2013) para obter o grau de transparência dos portais dos Institutos Federais e verificar a familiaridade do gestor com a legislação sobre a transparência pública e o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelas instituições pesquisadas.

4.1.1 Síntese do Grau de Transparência dos Portais - Categorias do Índice IndexDuf

No quadro a seguir são apresentados os índices calculados para cada uma das 11 categorias que compõem o IndexDuf (PESSÔA, 2013), obtendo-se no final a média de divulgação que afere o Grau de Transparência dos Portais dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil.

O índice revelou uma média de divulgação de 43,39% entre os Institutos Federais pesquisados, sendo a categoria Dados Gerais da instituição a mais divulgada nos portais, com índice de 83,33% de divulgação, seguida pela categoria Atividades Acadêmicas (extensão), com índice de 66,67% de divulgação. A categoria menos divulgada, com 22,17%, foi a Informação sobre Responsabilidade Social, seguida da categoria Informação sobre Condições de Qualidade administrativa e acadêmica da instituição, com 23,30%.

Ordem	Categorias	(%)
1	Dados gerais da instituição	83,33
2	Atividades acadêmicas (ensino)	50,00
3	Atividades acadêmicas (pesquisa)	44,44
4	Atividades acadêmicas (extensão)	66,67
5	Informação financeira e de gestão	36,21
6	Características da informação financeira	24,92
7	Informação sobre responsabilidade social	22,17
8	Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	23,30
9	Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página <i>web</i>	34,15
10	E-serviços	45,81
11	E-participação	46,28
Média de divulgação		43,39

Quadro 4 - Categorias do IndexDuf

Fonte: O autor

Segundo Pessôa (2013), tal análise é importante pois permite verificar as principais deficiências nesses portais, bem como as principais qualidades no que tange à divulgação dos itens do índice. Para uma melhor compreensão, foram apresentados nos tópicos seguintes o detalhamento e a média de divulgação de cada categoria que compõe o índice pesquisado.

4.1.1.1 Dados gerais da instituição

A categoria Dados Gerais da Instituição é composta por 24 itens, os quais, segundo Pessôa (2013), estão relacionados à caracterização e descrição da instituição, desde sua estrutura administrativa até sua regulamentação, conforme se verifica no quadro a seguir.

continua

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Telefones das unidades e setores da entidade	100
2	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	100
3	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	100
4	Regulamentos emitidos	100
5	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)	100
6	Lista de contatos de funcionários	100
7	Estatuto da universidade	100
8	Estatísticas sobre o número e tipo vagas e tipo em cada faculdade	100
9	Endereços das unidades e setores da entidade	100
10	Bolsas de monitoria/estágio universitárias	100

		conclusão
Ordem	Itens	% de divulgação
11	Arquivos de reunião dos corpos colegiados	100
12	Acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Plano Operacional Anual	100
13	Acesso ao código de bom governo e código de ética	100
14	Organograma	83,50
15	Funcionários/Faculdade	83,50
16	Calendário de eventos e processos acadêmicos	83,50
17	Órgãos de gestão e funções	66,50
18	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	66,50
19	Informações sobre salários	66,50
20	Agenda do reitor	66,50
21	Relação nominal e breve resumo dos diretores	50,00
22	Dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	50,00
23	Como chegar a universidade	50,00
24	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	33,50
Média de divulgação		83,33

Quadro 5 - Categoria 1: Dados Gerais da Instituição

Fonte: O autor.

A média de divulgação dessa categoria apresentou o maior índice (83,33%) entre as categorias pesquisadas, sendo 13 dos 24 itens com 100% de divulgação em todos os institutos pesquisados, com ênfase para os itens relacionados à regulamentação da instituição. Há baixa divulgação (50%) dos itens que especificam os nomes e resumos dos diretores, dados bibliográficos dos reitores e mapa de como chegar à instituição.

Apenas o item Quantidade de Pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes, apresentou índice menor que 50%, ou seja, 33,50% de divulgação.

4.1.1.2 Atividades acadêmicas (ensino)

A categoria Atividades Acadêmicas (ensino) é composta por 12 itens relacionados a docentes, alunos, programas de cursos, disciplinas e instalações, conforme se verifica no quadro a seguir.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	100
2	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, <i>e-learning</i> , entre outros)	100
3	Editais públicos para a contratação docente	100
4	Relação nominal ou numérica da composição docente	83,50
5	Relação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	50,00
6	Relação nominal de programas para a formação docente	50,00
7	Percentual de estudantes na faculdade (detalhamento da distribuição do corpo docente)	50,00
8	Descrição da qualificação dos docentes	33,50
9	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	16,50
10	Emprego/destino dos estudantes egressos	16,50
11	Descrição de suas instalações	0,00
12	Formados	0,00
Média de divulgação		50,00

Quadro 6 - Categoria 2: Atividades Acadêmicas (Ensino)

Fonte: O autor.

Para a categoria Atividades Acadêmicas (ensino) a média de divulgação encontrada foi de 50%, apresentando oito itens com 50% ou menos de divulgação. Os itens de divulgação de Editais de Concursos Públicos para contratação docente, Acesso a Ferramentas tecnológicas e eletrônicas e Relação da Oferta de programas de graduação e pós-graduação apresentaram-se em 100% dos Institutos, sendo considerada também para esse último item a Relação da Oferta dos programas de cursos técnicos.

Itens importantes para uma instituição de ensino, como a Descrição dos Planos de estudos e programas de disciplinas e o Destino dos Estudantes egressos, foram encontrados em apenas uma das seis instituições pesquisadas. Outro ponto crítico encontrado foi a ausência nos portais de todos os institutos pesquisados da Descrição de suas instalações e da Lista de formados/egressos.

Segundo relatório de auditoria realizado pelo TCU (2013) nos Institutos Federais constatou-se que o acompanhamento dos egressos representa política que permite a avaliação da adequabilidade da capacitação fornecida em relação às demandas do setor produtivo.

Essas informações são necessárias para justificar a continuidade ou alteração dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes dos cursos já existentes e para dar suporte à criação de novos cursos (Acórdão TCU 506/2013).

Apesar da evidente importância da Lista de formados/egressos e do Destino dos estudantes egressos nas instituições de ensino, pôde-se verificar baixíssima divulgação desses índices, prejudicando assim a plenitude da transparência dessas informações nos portais.

4.1.1.3 Atividades acadêmicas (pesquisa)

A categoria Atividades Acadêmicas (pesquisa) é composta por nove itens e apresentou uma média de divulgação de 44,44%, conforme se observa no quadro a seguir.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Relação dos grupos de pesquisa	100
2	Relação das linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	66,50
3	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	50,00
4	Relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa	50,00
5	Relação dos projetos de pesquisa	50,00
6	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	50,00
7	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	33,50
8	Relação das redes de pesquisa nas quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	0,00
9	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	0,00
Média de divulgação		44,44

Quadro 7 - Categoria 3: Atividades Acadêmicas (Pesquisa)

Fonte: O autor.

Apenas o item Enunciação dos Grupos de Pesquisa apresentou índice de 100% de divulgação nos portais. Cinco dos nove itens apresentaram índices de 50% ou mais de divulgação, sendo que o item Enunciação de Linhas de Pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa apresentou índice de 66,50%, sendo divulgado em quatro dos seis institutos pesquisados.

Três dos nove itens apresentaram índices abaixo de 50%, sendo que a Relação das Redes de pesquisa e a Relação das Patentes apresentaram índice 0; ou seja, não há divulgação desses itens em nenhum instituto pesquisado.

4.1.1.4 Atividades acadêmicas (extensão)

A categoria Atividades Acadêmicas (extensão) é composta por apenas três itens e apresentou uma média de divulgação de 66,67%, sendo a segunda categoria com maior índice de divulgação, conforme se observa no quadro a seguir.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Relação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	100
2	Relação das atividades de serviço tendentes a buscar o bem-estar da comunidade	100
3	Relação de atividades de consultoria	0,00
Média de divulgação		66,67

Quadro 8 - Categoria 4: Atividades Acadêmicas (Extensão)

Fonte: O autor.

Os itens com maior divulgação são os relacionados aos programas de conhecimento e serviços que visam ao bem-estar da comunidade, apresentando divulgação em 100% dos portais dos institutos federais. Todos os portais apresentaram seção específica atualizada com notícias diárias relacionadas aos principais programas e acontecimentos sobre a difusão do conhecimento e o bem-estar da comunidade.

Por outro lado, nenhuma instituição apresentou em seu portal seção ou espaço destinado à divulgação de atividades de consultoria. Entretanto, essa atividade, quando observada individualmente, não faz parte do rol das atividades mais importantes das instituições federais de educação.

4.1.1.5 Informação financeira e de gestão

A categoria Informação Financeira e de Gestão é composta por 40 itens e apresentou uma média de divulgação de 36,21%, sendo a maior categoria em número de itens, conforme se observa no quadro a seguir.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Gastos executados	100
2	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	100
3	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	100
4	Plano estratégico aprovado	100
5	Biblioteca	100
6	Investimentos	100
7	Compromissos e contingências	100
8	Link para a página denominada Transparência Pública	100
9	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	83,50
10	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	66,50
11	Subsídio para pesquisa	66,50
12	Link para a página Processos de Contas Anuais	66,50
13	Contratos de licitação	66,50
14	Resultados de licitação	50,00
15	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	33,50
16	Acesso ao informe de gestão do reitor	33,50
17	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	33,50
18	Receita executada	16,50
19	Ativos não correntes	16,50
20	Variação de ativos não correntes	16,50
21	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	16,50
22	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	16,50
23	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	16,50
24	Execução do plano estratégico	16,50
25	Execução de obras e serviços licitados	16,50
26	Fornecedores-padrão	16,50
27	Modificações no orçamento	0,00
28	Indicadores Orçamentários	0,00
29	Fluxos de caixa	0,00
30	Dívida ativa	0,00
31	Variação da dívida	0,00
32	Indicadores financeiros (índices)	0,00
33	Capital humano	0,00
34	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	0,00
35	Acesso a indicadores de gestão	0,00
36	Depreciação	0,00
37	Custo unitário por estudante	0,00
38	Alocação de custos indiretos	0,00
39	Emprego e informação do patrimônio educacional	0,00
40	Revisão financeira	0,00
Média de divulgação		36,21

Quadro 9 - Categoria 5: Informação Financeira e de Gestão

Fonte: O autor.

Analisando esta categoria, observa-se que 8 dos 40 itens apresentaram índice de 100% de divulgação. O item Acesso ao Parecer de Auditoria ou ao parecer da CGU do último ano apresentou índice de 83,50%, sendo divulgado nos portais de 5 das 6 instituições. Quatro itens apresentaram índice de 66,50% e apenas 1 item (Resultados de Licitação) apresentou índice de divulgação de 50%.

Segundo Gorga e Bergamasco (2011), aspectos como a participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos e a emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, igualmente de acesso público e ampla divulgação, são fundamentais para a responsabilidade social. Sobre essa afirmação, como ponto crítico observado nessa categoria, verificou-se que 26 dos 40 itens apresentaram índices abaixo de 50%, sendo que 14 desses itens não foram divulgados em nenhum portal de nenhuma instituição, o que puxou o índice para baixo. Esses itens correspondem quase que exclusivamente a informações contábeis e financeiras. Para os itens relacionados diretamente à execução contábil, orçamentária e financeira, adotou-se como critério a presença ou não de explicações mínimas sobre o tema nos portais institucionais, pois alguns disponibilizam apenas links que remetem o usuário a outros sítios do governo federal, sem maiores explicações técnicas sobre o tema.

4.1.1.6 Características da informação financeira

Para Pessôa (2013), a categoria Características da Informação Financeira é composta por seis itens e visa medir dimensões que influenciam a informação financeira divulgada. Como critério, a simples presença da informação no relatório de gestão não foi considerada na composição do item, devendo constar no portal da instituição seção específica sobre os itens desse tema.

Esta categoria apresentou uma média de divulgação de 24,92% nos portais dos institutos pesquisados, conforme se observa no quadro a seguir.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada	100
2	Caráter completo da informação: se existe a possibilidade de consultar a contabilidade geral na página <i>web</i>	16,50
3	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	16,50
4	Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada	16,50
5	Informação fornecida periodicamente	0,00
6	Comparabilidade da informação: se existe possibilidade de comparabilidade da informação	0,00
Média de divulgação		24,92

Quadro 10 - Categoria 6: Características da Informação Financeira

Fonte: O autor.

Para o item Confiabilidade da Informação, foi considerado 100% de divulgação nos portais, pois as informações contábeis e financeiras são anualmente objeto de auditoria interna pela unidade de auditoria e pela CGU, e auditoria externa pelo TCU.

Apenas uma das seis instituições apresentou em seu portal o caráter completo e segregado das informações contábeis, incluindo índices e gráficos explicativos, sendo de 16,50% o percentual de três itens dessa categoria.

Observou-se que em nenhum portal as informações financeiras são fornecidas e/ou atualizadas com periodicidade, não sendo possível o acompanhamento contínuo de sua execução.

Não foi disponibilizado em nenhum portal espaço para comparabilidade das informações financeiras.

4.1.1.7 Informação sobre responsabilidade social

A categoria Informação sobre Responsabilidade Social é composta por apenas três itens e apresentou uma média de divulgação de 22,17%, sendo a categoria com menor média de divulgação entre os 11 itens que compõem o IndexDuf, conforme se observa no quadro a seguir.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica	50,00
3	Responsabilidade ambiental	16,50
2	Responsabilidade social	0,00
Média de divulgação		22,17

Quadro 11 - Categoria 7: Informação sobre Responsabilidade Social

Fonte: O autor.

O item Informação sobre Indicadores de Responsabilidade Econômica foi divulgado em três dos seis institutos pesquisados, apresentando índice de divulgação de 50%. O item Responsabilidade Ambiental foi divulgado em um dos seis institutos pesquisados, apresentando índice de 16,50%. O item correspondente a informações sobre Responsabilidade Social não foi encontrado em nenhum dos institutos pesquisados, apresentando índice 0.

4.1.1.8 Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica

A categoria Informação sobre Condições de Qualidade Administrativa e Acadêmica é composta por cinco itens e apresentou uma média de divulgação de 23,30%, conforme se observa no quadro a seguir.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Acesso aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional de programas	100
2	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	16,50
3	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou gestão acadêmica	0,00
4	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	0,00
5	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	0,00
Média de divulgação		23,30

Quadro 12 - Categoria 8: Informação sobre Condições de Qualidade Administrativa e Acadêmica da Instituição
Fonte: O autor.

O item relacionado à Autoavaliação e Autorregulação apresentou índice de divulgação de 100%, sendo que se observou em todos os portais seção específica da Comissão Própria de Avaliação (CPA) com os informes e relatórios sobre o tema. O item relacionado a exames de qualidade como ENADE, IGC e CPC não possui ampla divulgação, sendo encontrada seção específica sobre o tema em apenas um dos seis institutos.

Informações relacionadas ao selo de qualidade ISO e relação nominal dos programas com registro qualificado e certificação voluntária não foram divulgados por nenhum portal pesquisado, apresentando índice 0. Constatou-se que nenhuma instituição adota certificação ISO para qualidade da gestão. Também não foi encontrada em nenhum portal a relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica, restando apenas algumas notícias isoladas sobre o tema.

4.1.1.9 Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web

Essa categoria, que trata das características da página que facilitam o acesso e a compreensão da informação divulgada, é composta de 20 itens (PESSÔA, 2013), verificando-se uma média de divulgação de 34,15%, conforme se observa no quadro a seguir.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas	100
2	Incorporação de motores de busca na página <i>web</i> para facilitar o acesso à informação	100
3	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade	100
4	Há uma seção específica no <i>site</i> para acessar cada tipo de informação	100
5	É claramente diferenciada na <i>web</i> a existência de links externos e internos do ente público	100
6	Incorporam-se recursos que facilitem uma correta impressão da informação	50,00
7	Inclui-se nas páginas a data da última atualização	33,50
8	Disponibiliza um mapa da página <i>web</i>	33,50
9	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	16,50
10	Permite-se o <i>download</i> de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	16,50
11	A segurança da página <i>web</i> está certificada por uma entidade independente e sólida	16,50
12	É possível encontrar a informação em vários idiomas	16,50
13	Disponibiliza links para acessar <i>sites</i> vinculados à regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou <i>rankings</i> de universidades, entre outros	0,00
14	Incluem-se suportes multimedia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	0,00
15	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	0,00
16	A página <i>web</i> utiliza como ferramenta hiperlinks na informação financeira prestada	0,00
17	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página <i>web</i>	0,00
18	A página <i>web</i> oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo	0,00
19	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	0,00
20	Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	0,00
Média de divulgação		34,15

Quadro 13 - Categoria 9: Informação Relativa à Navegabilidade, Acesso e Desenho da Página Web

Fonte: O autor.

Para a categoria relacionada à navegabilidade, acesso e desenho da página *web* percebem-se três níveis de divulgação das informações: divulgação plena (100%), divulgação entre 16,50% e 50% e ausência de divulgação.

Para o nível de divulgação de 100%, observa-se a presença de 5 dos 20 itens que compõem a categoria. Todos os portais apresentaram seção específica de prestação de contas, motores de busca, endereço postal e eletrônico, diferenciação de links externos e internos e seção específica para cada tipo de informação.

O segundo nível é composto por 7 dos 20 itens da categoria e reflete a baixa divulgação de itens como recursos para impressão, data de atualização e mapa da página, seção específica para informações financeiras e *download* de arquivos. Observou-se também o baixo índice (16,50%) de divulgação de itens relacionados à segurança da página e informações em vários idiomas.

Ponto crítico foi a constatação de que 8 dos 20 itens apresentam índice 0; ou seja, não são divulgados em nenhum portal de nenhuma instituição pesquisada. Entre eles, observa-se a ausência nos portais de itens importantes como o detalhe

da estruturação da informação, o responsável pelo conteúdo divulgado, suportes multimídia e formatos eletrônicos para apresentação da informação financeira. Há ausência também de informações em formato de áudio e vídeo, o que impossibilita a apropriação das informações por pessoas com necessidades específicas.

4.1.1.10 E-Serviços

A categoria E-Serviços é composta por oito itens relacionados a características da página *web* que facilitam os processos e serviços administrativos e acadêmicos. Mede a possibilidade de utilização dos sistemas em modo *online* para a realização de procedimentos e apresentou uma média de divulgação de 45,81%, conforme observado no quadro a seguir.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	É possível realizar <i>online</i> transações administrativas da educação formal	100
2	<i>E-learning</i> na educação formal	100
3	<i>E-learning</i> em cursos de aprimoramento	100
4	É possível realizar <i>online</i> transações administrativas de cursos de aprimoramento	66,50
5	Há para download formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento	0,00
6	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal	0,00
7	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento	0,00
8	Há para download formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal	0,00
Média de divulgação		45,81

Quadro 14 - Categoria 10: E-Serviços

Fonte: O autor.

Como ponto positivo, constatou-se que em 100% dos portais foi observada a presença de sistemas administrativos e acadêmicos que permitem o acesso e a tramitação de processos de maneira *online* pelos usuários. Todos os institutos apresentaram nos portais seção ou unidade de educação à distância, permitindo o acesso e a aprendizagem de cursos em programas do ensino formal ou cursos de extensão e aperfeiçoamento.

A maioria dos institutos pesquisados, ou quatro dos seis – 66,50% –, possibilita em seus portais a realização *online* de transações administrativas também em cursos de extensão e aperfeiçoamento.

Quatro dos oito itens que compõem a categoria, apresentaram índice 0; ou seja, não há acesso a essas informações nos portais. Seja para cursos formais ou de extensão, nenhum portal disponibiliza seção para *download* de formulários para tramitação administrativa. Não há possibilidade de trâmite integral de um curso formal ou de aperfeiçoamento em sistema *online*. Observou-se, pela recente criação dos Institutos Federais, que a maioria dos sistemas acadêmicos e administrativos ainda está em fase de implantação ou adequação, puxando o índice da categoria E-serviços para baixo.

4.1.1.11 E-Participação

Pessôa (2013) afirma que a categoria E-Participação é composta de nove itens e tenciona medir as ferramentas disponibilizadas pela página para a interação do usuário com a universidade ou, no caso da presente pesquisa, com o Instituto Federal.

Como pode ser observado no quadro a seguir, a média de divulgação para essa categoria é de 46,28%.

Ordem	Itens	% de divulgação
1	Caixa de reclamações ou sugestões	100
2	A página <i>web</i> apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade	100
3	Apresenta seção com perguntas e respostas	100
4	A página <i>web</i> indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o <i>webmaster</i> para a solicitação de informação geral	66,50
5	<i>Blog</i>	50,00
6	Foros de discussão na <i>web</i> da universidade	0,00
7	Chat	0,00
8	Pesquisas de opinião	0,00
9	A página <i>web</i> permite a inclusão de um <i>mailing list</i> para permitir atualização de informação aos usuários que o solicitem	0,00
Média de divulgação		46,28

Quadro 15 - Categoria 11: E-Participação

Fonte: O autor

Cem por cento dos portais apresentaram seção de ouvidoria para envio de reclamações e sugestões, bem como seção com as principais perguntas e respostas. Todos os portais apresentaram também o endereço de contato das pessoas responsáveis pelos serviços prestados no instituto.

Quatro dos seis institutos (66,50%) apresentaram em seus portais instruções para comunicação eletrônica ou telefônica com o *webmaster* para solicitação e esclarecimento de informações. Metade dos institutos (50%) disponibiliza *blogs* institucionais, mas nenhum deles apresenta foros de discussão, pesquisas de opinião ou *chats* institucionais. Nenhum portal disponibiliza espaço para inclusão de *mailing list*.

4.1.2 Presença nos portais dos itens considerados obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação

Após a aplicação da pesquisa, constatou-se que os itens de publicação obrigatória, ainda que previstos em lei, não se encontram disponíveis para acesso em sua totalidade. Apenas oito itens de publicação obrigatória pela Lei de Acesso à Informação tiveram sua publicação presente em 100% dos portais dos Institutos, como observado adiante.

Ordem	Itens	(%)
1	Endereços das unidades e setores da entidade	100
2	Telefones das unidades e setores da entidade	100
3	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	100
4	Enunciação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas).	100
5	Enunciação de atividades de serviço tendentes a procurar o bem-estar da comunidade	100
6	Gastos executados	100
7	Incorporação de motores de busca na página <i>web</i> para facilitar o acesso a informação	100
8	Apresenta seção com perguntas e respostas	100

Quadro 16 - Itens de publicação obrigatória presentes em 100% dos portais dos Institutos

Fonte: O autor.

Em contraponto, observou-se a ausência de quatro itens constantes do texto da referida lei: a) *download* de arquivos que o usuário pode utilizar em

diversas aplicações; b) formatos eletrônicos utilizados na divulgação de informações financeiras; c) acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina; d) divulgação em detalhes dos formatos utilizados para estruturação da informação.

Outro item importante está relacionado à segurança da página *web*. Apenas um dos seis institutos pesquisados apresenta o formato “*https*” que fornece maior segurança de dados e informações.

Além dos itens analisados anteriormente, pode-se verificar no quadro a seguir o valor percentual da presença dos demais tópicos que compõem os itens obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação.

Ordem	Itens	(%)
1	Organograma	83,50
2	Órgãos de gestão e funções	66,50
3	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	66,50
4	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	33,50
5	Acesso ao informe de gestão do Reitor	33,50
6	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	66,50
7	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	33,50
8	Resultados de licitação	33,50
9	Contratos de licitação	67,50
10	Inclui-se nas páginas a data da última atualização	33,50
11	A segurança da página <i>web</i> está certificada por uma entidade independente e sólida	16,50
12	A página <i>web</i> indica local e instruções permitem ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica com o <i>webmaster</i> para a solicitação de informação geral pelo usuário	66,50

Quadro 17 - Resultado dos demais itens de publicação obrigatória pela Lei de Acesso à Informação
Fonte: O autor.

Embora os estados da Região Sul do Brasil tenham quantidades diferentes de institutos, sendo uma instituição no Paraná (IFPR), duas instituições em Santa Catarina (IFSC e IFC) e três instituições no Rio Grande do Sul (IFRS, IFSul e IFFarroupilha), cada uma dessas instituições apresenta um número considerável de câmpus, divididos e espalhados pelas diversas regiões dos estados. Considerou-se, portanto, na composição do índice pesquisado, o acesso às informações disponibilizadas tanto pelo portal da Reitoria como pelos portais dos câmpus.

Do total de itens verificados quanto à divulgação obrigatória pela Lei de Acesso à Informação, considerando-se todos os itens e institutos pesquisados e os arredondamentos do cálculo, e considerando a obrigatoriedade da Lei para 100% dos itens pesquisados, o resultado obtido representa o cumprimento apenas parcial da Lei de Acesso à Informação por todos os institutos pesquisados.

4.1.3 Familiaridade do gestor com a Legislação Específica sobre Transparência Pública

Este item apresenta a frequência com que o gestor observa a legislação vigente sobre a transparência no momento de divulgação das informações públicas, bem como a presença da cultura de transparência nas instituições pesquisadas. As tabelas a seguir demonstram os resultados obtidos para os aspectos pesquisados.

- a) Quanto ao conhecimento pelo gestor do conjunto de leis, normas e decretos apresentados sobre a temática da transparência pública.

Tabela 2 - Conhecimento pelo gestor do conjunto de leis, normas e decretos apresentados sobre a temática da transparência

Item	(%)
Algum	70,00
Pouco	19,00
Muito	10,00
Nenhum	1,00
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- b) Quanto à quantidade de normas principais apresentadas ao gestor para verificar seu contato com a legislação sobre o tema.

Foram apresentados aos gestores leis, decretos e normativas pertencentes a um conjunto pertinente de normas que regem o tema “transparência na administração pública”, sendo elas a LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Portaria CGU 262/2005 (que dispõe sobre a forma de divulgação dos relatórios de gestão), o Decreto 5.482/2005 (que dispõe sobre a divulgação de dados e informações), a Portaria CGU/MP n.º 140/2006 (que disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos), a LC 131/2009 (Lei da Transparência), a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e o Decreto n.º 7.724/2012 (que regulamenta o acesso à informação). A tabela a seguir demonstra o resultado da pesquisa para esse item.

Tabela 3 - Quantidade de normas principais apresentadas ao gestor para verificar seu contato com a legislação sobre o tema

Item	(%)
3 a 5 normas	53,00
1 a 2 normas	35,00
6 a 7 normas	12,00
0 normas	0,00
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- c) Perguntado ao gestor se ele observa esse conjunto de normas sobre transparência no momento de publicar os documentos e informações no portal da instituição.

Tabela 4 - Percepção do gestor sobre o conjunto de normas sobre transparência no momento de publicar os documentos e informações no portal da instituição

Item	(%)
Frequentemente	52,00
Sempre	27,00
Raramente	17,50
Nunca	3,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- d) Perguntado ao gestor com que frequência ele percebe o fomento à cultura de transparência em sua instituição.

Tabela 5 - Percepção do gestor sobre a frequência ele percebe o fomento à cultura de transparência em sua instituição

Item	(%)
Frequentemente	54,50
Raramente	28,00
Sempre	14,00
Nunca	3,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- e) Perguntado ao gestor se as informações produzidas por sua Unidade compõem o Relatório de Prestação de Contas Anual ao TCU (Relatório de Gestão).

Tabela 6 - Percepção do gestor sobre as informações produzidas por sua Unidade compõem o Relatório de Prestação de Contas Anual ao TCU (Relatório de Gestão)

Item	(%)
Sempre	64,00
Frequentemente	22,00
Raramente	10,50
Nunca	3,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

Sabe-se que o Relatório de Gestão é a peça principal da prestação de contas anual da instituição, prestadas e apresentadas ao Tribunal de Contas da União. Assim, ressalta-se ainda mais a importância do conhecimento da legislação sobre o tema Transparência, pois o órgão é o responsável pelo controle externo, verificando, portanto, a legalidade da aplicação dos recursos financeiros e não financeiros da instituição.

Visto que 86% dos gestores apresentam informações ao Relatório citado para apreciação do TCU, torna-se de fundamental importância a observância da temática transparência nos dados, relatórios e informações apresentados nos portais, pois reflete para os usuários os dados oficiais das instituições.

O resultado da pesquisa sobre o aspecto da familiaridade do gestor com a legislação específica sobre transparência pública apresentou um resultado positivo em relação ao conhecimento das normativas relacionadas ao tema, principalmente quando observado que a maior parte dos gestores de alguma forma conhece a maioria dessas normas e frequentemente as observa no momento de publicar suas informações. Entre todas as respostas coletadas, outro dado importante refere-se ao percentual de respondentes que conhece a Lei 12.527/2011: 85% dos gestores afirma conhecer a referida Lei de Acesso à Informação.

Foi observado também que a grande maioria das informações produzidas pelos gestores compõe a prestação de contas da instituição, caracterizando indiretamente uma maior responsabilidade. Esse resultado infere que o gestor, ao conhecer a lei, percebe suas limitações legais e sua obrigação com a coisa pública, fortalecendo a gestão transparente das instituições.

Ainda, sobre o resultado desse aspecto, pode ser observado que mais da metade dos gestores pesquisados percebe o fomento à transparência como parte da cultura das instituições. Esse ponto corrobora a maturidade das instituições públicas no período de consolidação da democracia brasileira, pois, conforme observado nas palavras de Di Pietro (2001, p.121), o direito à informação “é como pedra fundamental de transparência administrativa em proveito de seus plurais fins e medida de ampliação da atividade participativa do cidadão no aspecto do controle popular da Administração Pública”.

4.2 PRESENÇA DE ELEMENTOS DE TRANSPARÊNCIA NAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NOS PORTAIS

Este tópico demonstra os resultados obtidos acerca da percepção dos gestores sobre a presença dos elementos de transparência nas informações disponibilizadas nos portais das instituições pesquisadas.

4.2.1 Percepção do gestor sobre a publicidade

Este item aborda a ampla divulgação das informações em tempo hábil e por diversos meios. As tabelas a seguir demonstram os resultados obtidos para os aspectos pesquisados.

- a) Quanto aos meios utilizados com maior frequência na divulgação das informações produzidas pela Unidade – nesse item o gestor poderia escolher até duas respostas entre as disponíveis.

Do total de gestores pesquisados, 91% afirmam que utilizam o portal institucional como meio para divulgação das informações produzidas, sendo que 37,5% desses utilizam apenas esse meio para divulgar suas informações e 62,5%

utilizam, além do portal institucional, outros meios de divulgação. Somente 2,5% afirmam que disponibilizam suas informações em portais não institucionais.

Entre os gestores, 57% também afirmam publicar suas informações em documentos e relatórios e 8% em outros meios como jornais, DOU, boletins de serviço, etc. Apenas 1% afirma utilizar gráficos e mapas como meio de divulgação.

Esse dado reforça que o portal virtual institucional é o meio mais utilizado pelos gestores e instituições na disponibilização das informações para o acesso dos usuários. Reforça também a ideia de Guerra (2003) sobre o dever do gestor público de facilitar aos cidadãos o acesso à informação, divulgando de forma clara e de fácil entendimento, atentando não somente à divulgação de informações e prestação de contas, mas também à forma acessível e transparente com que estas devem ser disponibilizadas à sociedade.

- b) Quanto à frequência com que as informações produzidas pela Unidade são disponibilizadas para acesso no portal eletrônico da instituição/câmpus.

Tabela 7 - Quanto à frequência com que as informações produzidas pela Unidade são disponibilizadas para acesso

Item	(%)
Frequentemente	52,50
Sempre	25,00
Raramente	20,00
Nunca	2,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- c) Quanto ao momento em que as informações produzidas pela Unidade são disponibilizadas para acesso no portal eletrônico da instituição/câmpus.

Tabela 8 - Momento em que as informações produzidas pela Unidade são disponibilizadas para acesso no portal eletrônico da instituição/câmpus

Item	(%)
No mesmo mês	45,00
Na mesma semana	27,00
No mesmo ano	23,50
Nunca	4,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

Como afirmou Martins Júnior (2010, p.37), “publicidade significa comunicar ao público algo que não pode ter caráter reservado”, e nesse ponto como resultado do aspecto observado sob a perspectiva do elemento publicidade percebeu-se uma tendência positiva de divulgação das informações em detrimento do sigilo.

Mesmo que a disponibilização das informações não aconteça de maneira imediata nos portais, a maioria das informações é disponibilizada com frequência para acesso do público em geral.

Outro ponto verificado diz respeito à importância dos portais institucionais, os quais têm a preferência dos gestores para disponibilização dos relatórios e informações, provavelmente não apenas pela obrigação legal, mas pela facilidade de acesso e agilidade proporcionada pelos meios eletrônicos.

4.2.2 Percepção do gestor sobre a compreensibilidade

Este item diz respeito à prestação de informações com linguagem mais acessível. As tabelas a seguir demonstram os resultados obtidos para os aspectos pesquisados.

- a) Quanto à linguagem utilizada na maioria das informações produzidas pela Unidade e disponibilizadas no portal da instituição/câmpus, para livre acesso do público em geral.

Tabela 9 - Linguagem utilizada na maioria das informações produzidas pela Unidade e disponibilizadas no portal da instituição/câmpus, para livre acesso do público em geral

Item	(%)
Linguagem formal	34,00
Linguagem simples	14,00
Linguagem formal e técnica/científica	13,00
Linguagem simples e formal	12,00
Linguagem técnica/científica	8,00
Linguagem complexa	5,00
Linguagem complexa e formal	4,50
Linguagem formal e informal	2,50
Linguagem simples e técnica/científica	2,00
Linguagem simples e informal	2,00
Outras: jornalística, outras	2,00
Linguagem informal	1,00
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- b) De forma geral, quanto à linguagem utilizada nas informações e nos documentos disponibilizados no portal da instituição/câmpus.

Tabela 10 - Linguagem utilizada nas informações e nos documentos disponibilizados no portal da instituição/câmpus

Item	(%)
Linguagem formal	43,00
Linguagem simples	19,50
Linguagem simples e formal	12,00
Linguagem técnica/científica	9,00
Linguagem formal e técnica/científica	7,00
Linguagem complexa	5,00
Linguagem complexa e formal	3,50
Linguagem simples e técnica/científica	1,00
TOTAL	100

Fonte: O autor.

Partindo-se do pressuposto de que a comunicação só se dá efetivamente quando atinge o destinatário (GIACOMONI, 2007), pode-se verificar aqui um ponto crítico, pois os resultados sobre a compreensibilidade na percepção dos gestores inferem que a maioria das informações disponibilizadas nos portais apresenta uma linguagem formal, técnica e complexa. A pesquisa não permite identificar qual a melhor linguagem a ser utilizada nos portais, mas considerando-se o público-alvo dos institutos como sendo de pessoas de baixa renda e baixa escolaridade, uma

linguagem mais simples e acessível seria fundamental para a compreensibilidade e para o processo de comunicação e transparência das informações. Segundo publicação sobre controle social da Controladoria Geral da União:

O governo deve propiciar ao cidadão a possibilidade de entender os mecanismos de gestão, para que ele possa influenciar no processo de tomada de decisões. O acesso do cidadão à informação simples e compreensível é o ponto de partida para uma maior transparência (CGU, 2012).

Assim, a clareza do conteúdo da informação permite maior poder de comunicação, utilização e influência, além de possibilitar maior amplitude do princípio da transparência. Esse princípio determina, além da divulgação, a possibilidade de compreensão do conteúdo, ou seja, a sociedade deve conhecer e entender o que está sendo divulgado (GUERRA, 2003, p.91).

4.2.3 Percepção do gestor sobre a Utilidade

Este item pressupõe a relevância e a confiabilidade das informações disponibilizadas. As tabelas a seguir demonstram os resultados obtidos para os aspectos pesquisados.

- a) Quanto à relevância das informações disponibilizadas pela Unidade no portal da instituição/câmpus para o público em geral.

Tabela 11 - Relevância das informações disponibilizadas pela Unidade no portal da instituição/câmpus para o público em geral

Item	(%)
Relevantes	71,00
Muito relevantes	22,00
Pouco relevantes	7,00
Irrelevantes	0,00
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- b) Quanto ao grau de confiabilidade das informações produzidas pela Unidade e disponibilizadas no portal da instituição/câmpus.

Tabela 12 - Grau de confiabilidade das informações produzidas pela Unidade e disponibilizadas no portal da instituição/câmpus

Item	(%)
Plenamente confiável	38,50
Satisfatoriamente confiável	32,50
Confiável	26,50
Pouco confiável	2,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

Quanto à percepção dos gestores sobre o aspecto observado é conclusivo que as informações por eles disponibilizadas apresentam altos índices de confiabilidade e relevância, oferecendo, nas palavras de Platt Neto *et al.* (2007, p.86), “maior garantia de veracidade ao que é divulgado”.

4.3 DIMENSÕES DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E FERRAMENTAS E-GOV

Este tópico demonstra os resultados obtidos acerca da percepção dos gestores sobre as dimensões da informação e sobre a comunicação com os usuários por meio das ferramentas *e-gov* disponibilizadas nos portais das instituições pesquisadas.

4.3.1 Percepção do gestor sobre a Dimensão Física - E-Gov

Este item aborda a dificuldade em acessar fisicamente determinado documento público. As tabelas a seguir demonstram os resultados obtidos para os aspectos pesquisados.

- a) Se o gestor considera o portal da instituição com formato acessível, com interface amigável, *design* atraente e fácil de navegar.

Tabela 13 - Percepção do gestor sobre o formato do portal da instituição

Item	(%)
Sim	56,00
Não	44,00
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- b) Se o gestor considera que as informações produzidas por sua Unidade e disponibilizadas no portal da instituição são de fácil acesso ao público em geral.

Tabela 14 - Percepção do gestor sobre o acesso as informações produzidas por sua Unidade

Item	(%)
Sim	51,00
Não	49,00
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- c) Se no portal da instituição são disponibilizados os meios de contato eletrônicos (e-mail, chat, etc.) da unidade de responsabilidade do gestor.

Tabela 15 - Disponibilização no portal dos meios de contato eletrônicos da unidade de responsabilidade do gestor

Item	(%)
Sim	82,50
Não	17,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

Em síntese, quanto ao aspecto observado, tem-se como resultado uma percepção de praticamente metade dos gestores pesquisados de que o portal da instituição não se apresenta com formato acessível, com interface amigável com *design* atraente e fácil de navegar. Praticamente o mesmo resultado foi encontrado para a facilidade de acesso às informações produzidas: aproximadamente metade dos gestores não considera que as informações são de fácil acesso para o público em geral. Batista (2010) enumera algumas causas dessa dificuldade, entre elas a falta de organização da informação pública nos meios eletrônicos, o excesso e/ou a escassez da informação e a ausência de políticas de informação.

4.3.2 Percepção do gestor sobre a Dimensão Intelectual - E-Gov

Este item relaciona-se ao foco e à forma como as informações são apresentadas (SILVEIRA, 2012). As tabelas a seguir demonstram os resultados obtidos para os aspectos pesquisados.

- a) Se o gestor considera que as informações prestadas no portal institucional têm como foco o interesse e as necessidades do cidadão.

Tabela 16 - Percepção do gestor se as informações prestadas no portal institucional têm como foco o interesse e as necessidades do cidadão

Item	(%)
Sim	81,50
Não	18,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- b) Se o gestor considera de forma simples e coerente a organização das informações no portal da instituição.

Tabela 17 - Percepção do gestor sobre a organização das informações no portal da instituição

Item	(%)
Sim	63,00
Não	37,00
TOTAL	100

Fonte: O autor.

Nesse aspecto, verificou-se certa contradição no resultado em comparação com os resultados de outros itens pesquisados. Verificou-se que a grande maioria considera que as informações prestadas no portal institucional têm como foco o interesse e as necessidades do cidadão, mesmo que, como visto em tópico anterior (4.2.2 - Compreensibilidade), a linguagem das informações possa apresentar-se de maneira formal, técnica e complexa.

Mais da metade dos gestores considera que as informações são apresentadas de forma simples e coerente no portal, mesmo que, como visto em tópico anterior (4.3.1 - Dimensão física), aproximadamente a metade dos gestores não considere que as informações são de fácil acesso para o público em geral.

Em suma, os gestores consideram que as informações são organizadas, mas de difícil acesso no portal. Consideram que as informações têm linguagem formal e complexa, mas com foco no interesse e nas necessidades do cidadão. Esse cenário desfavorece aos usuários do serviço público, pois o excesso de informação não representa obrigatoriamente uma linguagem acessível e autoexplicativa, ou seja, vai ao encontro da ideia apontada por Batista (2010) de que “o cidadão tem diante de si um complexo universo de normas no âmbito administrativo, mas não sabe o que fazer com elas”.

4.3.3 Percepção do gestor sobre a Dimensão Comunicacional - E-Gov

Este item relaciona-se à dificuldade em se tomar conhecimento da informação pública em virtude da problemática comunicacional (SILVEIRA, 2012). As tabelas a seguir demonstram os resultados obtidos para os aspectos pesquisados.

- a) Se as informações apresentadas no portal da instituição/câmpus sofrem atualização constante de conteúdo.

Tabela 18 - Atualização de conteúdo informações apresentadas no portal da instituição/câmpus

Item	(%)
Sim	76,50
Não	23,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- b) Se o portal da instituição/câmpus apresenta sistema de busca.

Tabela 19 - Presença de sistema de busca no portal da instituição/câmpus

Item	(%)
Sim	90,50
Não	9,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

- c) Se o portal da instituição/câmpus disponibiliza mecanismos de participação popular, interação e *feedback*, tais como *blogs* e *chats*.

Tabela 20 - Presença de mecanismos de interação no portal da instituição/câmpus

Item	(%)
Não	52,50
Sim	47,50
TOTAL	100

Fonte: O autor.

Em síntese, quanto ao aspecto da dimensão comunicacional, a maioria dos gestores afirma que as informações disponibilizadas no portal são atualizadas constantemente e que o portal apresenta ferramenta de busca que permite facilitar o processo de comunicação com o usuário. Entretanto, como ponto negativo, mais da metade dos gestores afirma que não há no portal institucional mecanismo de participação popular, interação e *feedback*, tais como *blogs* e *chats*. Batista (2010) afirma que na dimensão comunicacional estão envolvidos fluxos informacionais e comunicacionais – facilitados pela tecnologia – que tanto podem favorecer como abalar a participação social, dificultando a relação Estado-Sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desta pesquisa, apresentam-se as considerações acerca do atingimento dos objetivos inicialmente propostos, as possíveis contribuições e as sugestões para a realização de novos estudos e pesquisas relacionados ao tema.

Antes disso, cumpre mencionar que os resultados encontrados permitem identificar situações adversas para uma gestão pública transparente e efetiva. Nesse sentido, os resultados encontrados na pesquisa vão de encontro aos contemporâneos modelos organizacionais de administração geral e pública, os quais enfatizam a necessidade de profissionalizar os mecanismos de gestão, os resultados e a eficiência dos meios. Sarturi (2013, p.1) enfatiza essa ideia ao afirmar que “com a passagem para o modelo de Administração Pública gerencial, presente em um Estado não mais prioritariamente produtor de bens e serviços, o enfoque muda, passando para o controle de resultados pretendidos, atenuando os rígidos controles procedimentais do período antecedente.”

Dentre os princípios da administração pública previstos na Constituição, os resultados encontrados permitem realçar que estão prejudicados os princípios da legalidade, da publicidade e da eficiência. A legalidade deixa de estar presente quando identificado que nenhum instituto pesquisado cumpre a integralidade da Lei de Acesso à Informação. A publicidade encontra-se prejudicada, uma vez que nem todos os atos e fatos foram disponibilizados para acesso do público em geral. Quanto à eficiência, todos os portais pesquisados apresentaram problemas relacionados ao acesso, à acessibilidade e ao conteúdo.

5.1 ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS

Os conhecimentos obtidos a partir do referencial teórico no Capítulo 2, os dados advindos da pesquisa aplicada nos Institutos Federais do Capítulo 3 e a posterior análise dos resultados no Capítulo 4 permitiram a formulação de um

conjunto de recomendações que podem facilitar a comunicação virtual entre os Institutos Federais e os cidadãos, tornando esse processo mais efetivo, com maior amplitude de acesso e transparência nas informações públicas disponibilizadas pelos gestores nos portais.

Quanto ao objetivo específico de obter o grau de transparência dos portais dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil, após aplicação do primeiro formulário, e analisando-se os dados sob a perspectiva de 11 categorias distintas que compõem o índice – conforme observado no item 4.1.1 e subitens 4.1.1.1 a 4.1.1.11 –, constatou-se que, de maneira geral, os resultados encontrados permitem identificar um baixo índice de divulgação das informações públicas. A média de divulgação das categorias que compõem o índice foi de 43,39% entre os Institutos Federais da Região Sul do Brasil. A categoria com maior média de divulgação (83,33%) diz respeito às informações gerais da instituição, relacionadas à caracterização e descrição da instituição, desde a sua estrutura administrativa até a sua regulamentação. A categoria que merece atenção por sua baixa média de divulgação (22,17%) refere-se às informações relacionadas à responsabilidade social, ambiental e econômica da instituição.

Quanto ao objetivo específico de verificar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelas instituições pesquisadas, foi possível concluir, conforme observado nos itens 4.1.2 e 4.1.3, que apesar de o gestor ter bom conhecimento quanto à legislação sobre transparência, nenhuma das instituições cumpre integralmente com as exigências da referida normativa, sendo que apenas 8 dos 24 itens obrigatórios pesquisados apresentaram 100% de divulgação em todas as instituições pesquisadas.

Quanto ao objetivo específico de verificar a percepção dos gestores sobre as informações públicas disponibilizadas para acesso no portal institucional, a partir da aplicação do segundo formulário, foi percebido que, apesar do baixo índice obtido no primeiro formulário (43,39%), de maneira geral há uma tendência dos gestores de divulgar nos portais e em outros meios as informações produzidas. Fatores como a desorganização das informações nos portais e a falta de padronização na estrutura virtual entre as instituições e entre as unidades de uma

mesma instituição são determinantes no tocante aos problemas do acesso e da comunicação com o público em geral. Entre as limitações, constatou-se o pouco tempo de criação das instituições pesquisadas e o pouco tempo de exercício no cargo de direção de seus gestores.

Quanto ao objetivo específico de verificar a percepção dos gestores sobre a presença dos elementos de transparência nos meios e nas ferramentas *e-gov* disponibilizados para acesso pela instituição, conforme análise feita no item 4.2, foi possível concluir que os gestores demonstraram possuir bom conhecimento sobre os elementos de transparência que uma informação pública deve conter, como publicidade, compreensibilidade e utilidade, apesar de ter sido identificada uma linguagem muito formal, técnica e complexa nos conteúdos divulgados nos portais.

Quanto ao objetivo específico de verificar a percepção dos gestores sobre o nível de transparência das informações públicas nos portais, a pesquisa apresentou um resultado relativamente positivo, conforme análise feita no item 4.3. Tomando as informações e os portais sob as dimensões física, intelectual e comunicacional, concluiu-se que há uma atualização constante de conteúdo, apresentando também ferramenta de busca que permite ao usuário maior flexibilidade de pesquisa. Entretanto, os portais carecem de mecanismos de participação popular, interação e *feedback*, tais como *blogs* e *chats*.

Quanto ao objetivo geral, apresentado no Capítulo 1, esta pesquisa procurou analisar o conjunto de elementos da transparência das informações públicas apresentadas pelos gestores nos portais dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil e, considerando as constatações acerca dos objetivos específicos, constatou-se que, de maneira geral, a transparência das informações públicas nos portais das instituições não apresenta índice plenamente satisfatório, não sendo exercida em sua plenitude.

Quanto ao problema gerador desta pesquisa, que trata do adequado acesso ao conteúdo produzido pelos gestores públicos nos Institutos Federais, com a presença de uma série de elementos para que a transparência das informações e a comunicação com os usuários aconteçam de maneira efetiva, constatou-se que os gestores têm certa percepção sobre a necessidade de

divulgar as informações da maneira mais transparente possível, mas um conjunto de fatores institucionais e não institucionais não abordados nesta pesquisa se apresenta como determinante no processo de informação e comunicação. Apesar de essa pesquisa ter como universo os Institutos Federais da Região Sul, esta delimitação geográfica pode ser considerada um limitador, pois resultados mais consistentes poderão ser encontrados se o universo for estendido para todos os Institutos do Brasil.

Quanto à metodologia empregada, algumas limitações foram observadas. O índice utilizado no primeiro formulário foi não ponderado e não graduado; ou seja, não houve uma análise mais ampla sobre a qualidade das informações disponibilizadas em relatórios físicos, portais e documentos diversos. Constatou-se que a aplicação de questionário foi um aspecto limitador da pesquisa, pois a pesquisa de campo foi realizada em seis instituições, sendo que cada instituição apresenta particularidades e culturas institucionais diferentes, não sendo possível maior aprofundamento das respostas por parte dos pesquisados, tampouco maiores explicações sobre as assertivas por parte do pesquisador, resultando numa possível subjetividade de interpretação em relação às questões formuladas.

Ainda, quanto à metodologia e coleta de dados, constatou-se também que não havia lista oficial atualizada com o nome de todos os cargos e gestores das instituições, sendo que os e-mails foram coletados por meio de obtenção de lista enviada por algum gestor ou aleatoriamente nos portais. A pesquisa não permitiu acompanhar a evolução dos dados, sendo sua coleta realizada apenas entre os meses de junho e julho de 2015.

5.2 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

De maneira geral, a pesquisa contribuiu para aumentar o entendimento sobre as lacunas existentes no processo de comunicação entre a administração pública e a sociedade, caracterizando os aspectos sobre a transparência, verificando a percepção dos gestores sobre o tema e aperfeiçoando os mecanismos de gestão pública eficiente.

Como contribuição aos gestores, a presente pesquisa proporcionou já na coleta de dados um breve contato com o assunto Transparência e com a legislação sobre o tema, permitindo aos mesmos refletir sobre a aplicação de seus elementos em suas ações cotidianas e sobre a presença desse princípio na cultura institucional.

Como contribuição para os Institutos, os resultados da pesquisa apontaram a necessidade de se aperfeiçoar a transparência das informações nos portais dos Institutos, no sentido de flexionar a linguagem das informações de acordo com as necessidades do público para permitir maior entendimento e compreensão do conteúdo pelos usuários. Os portais como ferramenta de governo eletrônico necessitam de certa padronização institucional e devem apresentar maior interatividade para os cidadãos, proporcionando maior participação popular e, por consequência, maior apropriação das informações.

Outra contribuição que pode ser assinalada é a contribuição social, pois os resultados encontrados apontam para o não cumprimento integral da Lei de Acesso à Informação. Ressalte-se que quando não há cumprimento de obrigação legal por órgãos do governo a sociedade é por consequência prejudicada, assim como fica prejudicado o princípio da transparência pública.

Em termos de avanço no conhecimento sobre o tema, esta pesquisa trouxe em seu referencial bibliográfico um conjunto atualizado de ideias e estudos, apresentando as recentes normativas e leis sobre transparência e refletindo sobre a necessidade não apenas legal, mas também moral, de divulgar as informações públicas com a devida transparência. Contribuiu também para evidenciar os princípios de governança no setor público, realçando entre eles o princípio da transparência.

Como contribuição aplicada, fica o conjunto de instrumentos que podem ser utilizados para que as IFs e os gestores aprimorem o seu compromisso com a Transparência Pública e a boa Governança.

Como contribuição científica, esta pesquisa buscou evidenciar a transparência como princípio da administração e da boa governança pública, fortalecendo a ideia de que sua presença nos atos dos gestores e na cultura das instituições torna-se fundamental para a garantia do Estado Democrático de Direitos, instigando a realização de pesquisas futuras.

5.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Esta pesquisa abordou aspectos de transparência sob índice de mensuração e sob a percepção do gestor, que é o responsável pela divulgação nos portais. Assim, sugere-se a realização de pesquisas futuras a fim de verificar a percepção dos usuários do serviço público, analisando sua visão como receptor das informações apresentadas nos portais dessas instituições, abordando não apenas o aspecto legal, mas, principalmente, a qualidade com que essas informações são disponibilizadas pela administração pública e a efetividade do processo comunicacional com a sociedade.

Sugere-se, para pesquisas futuras, ampliar o universo e amostra para todos os Institutos Federais do Brasil, a fim de se obter maior amplitude de resultados, pois os resultados da presente pesquisa representam a existência de possíveis diferenças no grau de transparência de instituições públicas semelhantes, em uma mesma região geográfica e dentro do mesmo nível e esfera governamental. Entretanto, a amostra representa apenas seis instituições entre as 37 existentes no país. Sugerem-se, ainda, estudos futuros para averiguar a eficácia do uso das novas tecnologias da informação no processo educacional, pois as tecnologias de informação e comunicação vêm acompanhando o processo educacional nas instituições formais de ensino, permitindo maior apropriação do conhecimento por meio de ferramentas utilizadas no processo ensino-aprendizagem. Também, como sugestão, recomenda-se comparar as ferramentas virtuais e não virtuais de divulgação de informações para detectar a importância do governo eletrônico no processo de apropriação social. E, por fim, aprofundar o estudo dos princípios da governança nas instituições públicas, propondo melhorias nos processos de gestão com o intuito de executar com maior efetividade as políticas públicas.

Com esta pesquisa, espera-se ter contribuído para evidenciar a importância do tema Transparência Pública na relação entre a administração pública, os gestores e os cidadãos, proporcionando maior efetividade na interação entre o Estado e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRANSON, M.; MEANS, G. E. E-government 2001 – IBM endowment for the business of government. Rowman & Littlefield Publishers, 2001. In: DINIZ, E. H.; BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7.ed. Florianópolis: UFSC, 2011.

BARBOSA A. F.; JUNQUEIRA A. R. B; PRADO O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v.43, n.1, p.23-48, jan./fev. 2009.

BATISTA, C. L. **Informação pública**: entre o acesso e a apropriação social. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BATISTA, Carmem Lucia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **Revista TransInformação**, Campinas: PUC, v. 22, n.3, p.225-231, set./dez. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 14 dez. 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1937. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de Novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 11 jan. 2015.

_____. Controladoria Geral da União. **Controle social**: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/control-social/arquivos/controlsocial2012.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. **Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. **Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta Dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de Maio de 2000, Que Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas Para A Responsabilidade na Gestão Fiscal e Dá Outras Providências, A Fim de Determinar A Disponibilização, em Tempo Real, de Informações Pormenorizadas Sobre A Execução Orçamentária e Financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 13 dez. 2014.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 2008**. Institui A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 11 jan. 2015.

_____. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5.º, no inciso II do §3.º do art. 37 e no §2.º do art. 216 da Constituição Federal; altera a lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. **Lei n.º 9.755, de 16 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9755.htm>. Acesso em: 08 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcao-e-diretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. **Rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2015

_____. Supremo Tribunal Federal. Decisão n.º 23.036. Relator: Rel. Min. Nelson Jobim. Brasília, DF de 2006. **Pesquisa Jurisprudencial**. Brasília, 28 mar. 2006. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(23036.NUME.+OU+23036.ACMS.\)&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/pg29mxx](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(23036.NUME.+OU+23036.ACMS.)&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/pg29mxx)>. Acesso em: 19 dez. 2014.

_____. Tribunal de Contas da União. **Glossário de termos do controle, 2012**. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/fiscalizacao_controle/normas_auditoria/Glossario_termos_ce.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2014.

_____. Tribunal de Contas da União. **Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria**. Brasília: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do TCU, 2014.

_____. Tribunal de Contas da União. **Plano estratégico TCU 2011-2015, 2011**. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/planejamento_gestao/planejamento2011/index.htm>. Acesso em: 18 dez. 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. **Acórdão 506/2013**. Disponível em: <http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20Voto%20Acordao%20-%20Educacao%20Profissional.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2015.

BUSHMAN, R.; PITROSKI, J.; SMITH A. What determines corporate transparency. **Journal of Accounting Research**, v.42, n.2, May 2004.

CARNEIRO, Giovana Soares. **Cidadania e governo eletrônico: organização e transferência da informação em portal governamental**. 2006. 77 f. TCC (Graduação - Curso de Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/giovanagodinho1/tcc-giovana-carneiro-ufrgs-organizacao-e-transferencia-da-informao-em-portal-governamental>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

CATÓLICO, Diego Fernando. Revelación y divulgación da información financiera y no financiera das universidades públicas en Colombia. **Rev. Fac. Cienc. Econ.**, v.20, n.1, p.57-76, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-68052012000100005&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CERQUINHO, Kleomara Gomes; TAVARES, Wellington; PAULA, Ana Paula Paes de. **Governo eletrônico: os limites conceituais e práticos entre e-government e eparticipation**. 38.º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8854&Itemid=456>. Acesso em: 07 jan. 2015.

CHARTERED Institute of Public Finance and Accountancy. **The good governance standard for public services, 2004**. Disponível em: <<http://www.jrf.org.uk/system/files/1898531862.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. **A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis**. Trabalho apresentado no 4.º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/341.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2001.

DIXON, K.; COY, D.; TOWER, G. External reporting by New Zealand Universities 1985-1989. Improving accountability. **Financial Accountability and Management**, v.7, p.159-178. 1991. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0408.1991.tb00348.x/abstract>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FILGUEIRAS, Lucia *et al.* **Personas como modelo de usuários de serviços de governo eletrônico**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/personas_como_modelo_de_usuarios.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2015.

FRANCO, Danilo de Magalhães. **Ouvidoria pública**: dever do estado na garantia ao direito à informação. 2012. 101 f. Monografia (Especialização) – Curso de Direito, Faculdade Baiana de Direito e Gestão, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/05/TCCdanilofranco.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

GALLIANO, Guilherme A. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GIACOMONI, James. Orçamento público, 2002. In: GONÇALVES, Eliene Macedo; SILVA, Rafael Valdecy Elpídio da. **A transparência governamental sob aspecto da LRF**: o caso do Estado da Bahia. 2003. Monografia – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GORGA, Isadora; BERGAMASCO, José Lucas. **Entendendo a lei de responsabilidade fiscal**. Disponível em: <<http://www.igepri.org/observatorio/?p=4826>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

GOULART, A. M. C. O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado. **Revista Contabilidade & Finanças da USP**, São Paulo, n.28, p.56-65, jan./abr. 2002.

GRAHN, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. **Governance principles for protected areas in the 21th century**. CA, 2003. Disponível em: <http://iog.ca/sites/iog/files/pa_governance2.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

GUADAGNIN, Ananda. **A transparência na gestão pública**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34888/000785026.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

GUERRA, Evandro Martins. **Os controles externo e interno da administração pública e os tribunais de contas**. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HASSAN, Omaima; MARSTON, Claire L. Disclosure measurement in the empirical accounting literature. **A Review Article**, July, v.15. 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1640598>. Acesso em: 09 jan. 2015.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONEL, Vilson; MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Ciência e pesquisa**. Palhoça: Unisul Virtual, 2007. 230p.

LIRA, Waleska Silveira; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde; ARAUJO, Geraldo Maciel de and BARROS, Marcelo Alves de. A busca e o uso da informação nas 2008organizações. **Perspect. Ciênc. Inf.** [online]. v.13, n.1, p.166-183.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: para o curso de direito**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 30.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, Laurinda Ines Souza de. **Processos históricos do Câmpus Jaraguá do Sul - IFSC: impacto das políticas públicas na educação profissional**. 2014. 151f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, 2014. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Dissertação-Laurinda-Inês-Souza-de-Moraes..pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

MORAN, José Manuel. **Os meios de comunicação na escola**. Série Idéias n.9. São Paulo: FDE, 1994. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/c_ideias_09_021_a_028.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

MOURA, Emanuel Alves de. **Inserção dos institutos federais e o desenvolvimento local: um estudo de caso em Laranjal do Jari-AP**. 2010. 51f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.ia.ufrj.br/ppgea/dissertacao/Emanuel Alves Moura.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/dissertacao/Emanuel%20Alves%20Moura.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2015.

PACHECO, Eliezer. **Institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2.ed. Campinas: Papiros, 1997.

PESSÔA, Iury da Silva. **Determinantes da transparência das universidades federais brasileiras**. 2013. 160f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2013.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F. da; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Minas Gerais, v.18, 2007.

ROSARIO, Arturo haro de. PÉREZ, María del Carmen caba. CAÑADAS, María del Mar Sánchez. La transparencia de la información online: El caso de las top 100 universidades del mundo. In: XXVI CONGRESO AECA. **Anais...** Granada. 21 de set. 2011. Disponível em: <www.aeca.es/xvcongresoaecca/cd/31g.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ROVER, Dr. Aires J. **Introdução ao governo eletrônico**. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/introducao_ao_governo_eletronico.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2015.

SARTURI, Claudia Adrielle. *Os modelos de Administração Pública: patrimonialista, burocrática e gerencial*. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 21 maio 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43523&seo=1>>. Acesso em: 29 set. 2015.

SILVA FILHO, Antonio Mendes da. E-gov: O CRM do governo com o cidadão. **Revista Espaço Acadêmico**, Pernambuco, v.1, out. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/065/65amsf.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

SILVA, Caetana Juracy Rezende *et al.* **Institutos Federais Lei n.º 11.892, de 29/12/2008, comentários e reflexões**. Brasília: IFRN, 2009.

SILVEIRA, Aline Reinhardt da. **A comunicação pública a serviço da transparência pública na internet**: estudo em portais de universidades federais. 2012. 53 f. Monografia (Especialização) – Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70034/000876054.pdf?sequenc e=1>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

SOUSA, A. J. F. P.; AMARAL, S. A. Qualidade da informação e intuição na tomada de decisão organizacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.133-146, jan./mar. 2011.

SOUZA, A. C.; SANTANA, J. A. O.; CRUZ, M. P. S.; SILVA, C. E. A relevância da transparência na gestão pública municipal. **Revista Campus**, Paripiranga, v.2, n.5, p.6-20, 2009. Disponível em: <<http://faculdadeages.com.br/revista/index.php?journal=ages&page=article&op=viewFile&path=100&path=45>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

VIEIRA, Flávia Monaco; SANTOS, Vando Vieira Batista dos. **Governo eletrônico: a busca por um governo mais transparente e democrático: III Congresso Consad de Gestão Pública**. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_5/governo_eletronico_a_busca_por_um_governo_mais_transparente_e_democratico.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2015.

VUORI, Natália Brezolin. A concretização do princípio da transparência das contas públicas no poder judiciário. **Jurisway**, Minas Gerais, 24 out. 2012. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=9193>. Acesso em: 21 dez. 2014.

**APÊNDICE - FORMULÁRIO 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS
GESTORES - PERCEPÇÃO SOBRE O TEMA PROPOSTO**

**TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS NOS -
PORTAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

As questões assinaladas com asterisco (*) devem ser obrigatoriamente respondidas.

2.1 IDENTIFICAÇÃO

Características do respondente

Nome completo

OPCIONAL

Instituto Federal de Atuação*

- IFPR
- IFSC
- IFC
- IFRS
- IFSUL
- IFFarroupilha

Ocupa/ocupou cargo de gestão nos últimos 4 anos? *

- Sim
- Não

Selecione o(s) cargo(s) ocupados *

- Reitor
- Pró-reitor
- Diretor Geral
- Chefe de Gabinete
- Assessor
- Auditor-Chefe
- Diretor de Departamento
- Nenhum
- Outro:

Exerce/exerceu o(s) cargo(s) por quanto tempo? *

- Menos de 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 2 a 4 anos
- Mais de 4 anos

Está na Instituição há quanto tempo? *

- Menos de 1 ano
- De 1 a 3 anos
- De 3 a 5 anos
- Mais de 5 anos

Unidade de exercício do cargo ocupado *

- Reitoria
- Câmpus
- Outro:

Unidade de atuação *

- Ensino
- Pesquisa
- Extensão
- Gestão de Pessoas
- Planejamento
- Desenvolvimento Institucional
- Administração
- Gabinete
- Assessoria
- Outro:

2.2 QUANTO À FAMILIARIDADE DO GESTOR COM OS ITENS DE PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE TRANSPARÊNCIA

a) Qual o seu conhecimento sobre o conjunto recente de leis, decretos e portarias criados para promover e assegurar a Transparência Pública? *

- Nenhum
- Pouco
- Algum
- Muito

- b) Assinale as normativas sobre Transparência Pública das quais você tem conhecimento *
- LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)
 - Portaria CGU 262/2005 (Dispõe sobre a forma de divulgação dos relatórios de gestão)
 - Decreto 5.482/2005 (Dispõe sobre a divulgação de dados e informações)
 - Portaria CGU/MP n.º 140/2006 (Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos)
 - LC 131/2009 (Lei da Transparência)
 - Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)
 - Decreto n.º 7.724/2012 (Regulamenta o Acesso à Informação)
- c) Você observa as exigências, obrigações e vedações da legislação no momento de publicar documentos e/ou relatórios no portal da instituição? *
- Nunca
 - Raramente
 - Frequentemente
 - Sempre
- d) Entre as diretrizes da Lei de Acesso à Informação, destaca-se o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública. Com que frequência você observa a presença dessa diretriz em sua Instituição? *
- Nunca
 - Raramente
 - Frequentemente
 - Sempre
- e) As informações produzidas por sua Unidade compõem o Relatório de Prestação de Contas Anual ao TCU (Relatório de Gestão)? *
- Unidade = Pró-Reitoria, Assessoria, Gabinete, Diretoria Geral, Diretoria, Departamento, outras unidades
- Nunca
 - Raramente
 - Frequentemente
 - Sempre

2.3 PRESENÇA DOS ELEMENTOS DE TRANSPARÊNCIA NOS PORTAIS INSTITUCIONAIS

2.3.1 Quanto à Publicidade das Informações

A publicidade é caracterizada como a ampla divulgação das informações em tempo hábil e por diversos meios.

- a) Quais são/eram os meios utilizados com maior frequência para divulgação das informações produzidas por sua Unidade? *

Selecione até duas respostas.

- Portal institucional
- Portais não institucionais
- Documentos e relatórios
- Gráficos e mapas
- Outro:

- b) Com que frequência as informações produzidas por sua Unidade são/eram disponibilizadas para acesso no portal eletrônico da instituição/câmpus? *

- Nunca
- Raramente
- Frequentemente
- Sempre

- c) Em que momento as informações produzidas por sua Unidade são/eram disponibilizadas para acesso no portal eletrônico da instituição/câmpus? *

- Nunca
- No mesmo ano
- No mesmo mês
- Na mesma semana

2.3.2 QUANTO À COMPREENSIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES

A compreensibilidade diz respeito à prestação de informações com linguagem mais acessível.

- a) Como você classifica a linguagem utilizada na maioria das informações produzidas por sua Unidade e disponibilizadas no portal da instituição/câmpus, para livre acesso do público em geral? *

Selecione até duas opções.

- Linguagem simples
- Linguagem complexa
- Linguagem formal
- Linguagem informal
- Linguagem técnica/científica
- Outro:

- b) De uma forma geral, como você classifica a linguagem utilizada nas informações e nos documentos disponibilizados no portal da Instituição/Câmpus? *

Selecione até duas opções.

- Linguagem simples
- Linguagem complexa
- Linguagem formal
- Linguagem técnica/científica
- Outro:

2.3.3 QUANTO À UTILIDADE DAS INFORMAÇÕES

A utilidade pressupõe a relevância e a confiabilidade das informações disponibilizadas.

- a) Qual sua opinião sobre a relevância das informações disponibilizadas por sua Unidade no portal da instituição/câmpus para o público em geral? *

- Irrelevantes
- Pouco relevantes
- Relevantes
- Muito relevantes

b) Qual o grau de confiabilidade das informações produzidas por sua Unidade e disponibilizadas no portal da instituição/câmpus? *

- Pouco confiável
- Confiável
- Satisfatoriamente confiável
- Plenamente confiável

2.4 DIMENSÕES DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO - FERRAMENTAS DE GOVERNO ELETRÔNICO

2.4.1 Quanto à Dimensão Física

Dificuldade em acessar fisicamente determinado documento público.

a) Você considera o portal da instituição com formato acessível, com interface amigável, *design* atraente e fácil de navegar? *

- Sim
- Não

b) Você considera que as informações produzidas por sua Unidade e disponibilizadas no portal da instituição são/eram de fácil acesso para o público em geral? *

- Sim
- Não

c) No portal da instituição são/eram disponibilizados os meios de contato eletrônicos (e-mail, chat, etc.) da Unidade sob sua responsabilidade?

- Sim
- Não

2.4.2 QUANTO À DIMENSÃO INTELECTUAL

Relaciona-se à compreensibilidade sobre os documentos públicos pela maioria dos usuários e cidadãos.

- a) Você considera que as informações prestadas no portal institucional têm como foco o interesse e as necessidades do cidadão? *

Sim

Não

- b) A organização das informações no portal da instituição apresenta-se de forma simples e coerente? *

Sim

Não

2.4.3 QUANTO À DIMENSÃO COMUNICACIONAL

Atualização de conteúdo e presença de mecanismos de comunicação entre a instituição e os usuários.

- a) As informações apresentadas por sua Unidade no portal da instituição/câmpus sofrem/sofriam atualização constante de conteúdo? *

Sim

Não

- b) O portal da instituição/câmpus apresenta sistema de busca? *

Sim

Não

- c) O portal da instituição/câmpus disponibiliza mecanismos de participação popular, interação e *feedback*, tais como *blogs* e *chats*? *

Sim

Não

ANEXO - FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS

FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS

continua

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
1	Organograma	Gráfico da estrutura forma da Universidade	Lei 12.527, art. 8.º	Organograma, Estrutura, Funções
2	Órgãos de gestão e funções	Lista nominal dos órgãos de gestão (Pró-reitorias, Conselhos, Direções, Departamentos, etc.) com suas respectivas funções	Lei 12.527, art. 8.º	Órgãos, Gestão, Direção, Administração, Estrutura, Funções
3	Acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Plano Operacional Anual	Documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos		Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano Operacional Anual, PDI
4	Acesso ao código de bom governo e código de ética	Documento com diretrizes que orientam as pessoas quanto às suas posturas e atitudes ideais, moralmente aceitas ou toleradas		Código de ética, Ética, Código de Bom Governo, Comissão de Ética
5	Lista de contatos de funcionários	Lista de contato nominal dos servidores		Contatos, Servidores, Funcionários
6	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas como jornais, folhetins, boletins, etc.		Notícias, Jornal, Folhetim, Boletim, Informativo
7	Calendário de eventos e processos acadêmicos	Calendário de eventos e processos acadêmicos		Calendário, Eventos
8	Arquivos de reunião dos corpos colegiados	Arquivos de reunião dos corpos colegiados como atas das reuniões, portarias e decisões		Atas, Portarias, Decisões, Conselhos
9	Relação nominal e breve resumo/biografia dos diretores	Relação nominal e breve resumo do currículo dos ocupantes de cargos de direção		Currículo diretores, Currículo pró- reitores, Currículo reitor
10	Agenda do reitor	Agenda do reitor com seus compromissos oficiais		Agenda do reitor
11	Dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	Dados bibliográficos do reitor e vice-reitores		Currículo reitor, Dados reitor
12	Informação sobre salários	Divulga informação sobre salários		Salários
13	Regulamentos emitidos	Regulamentos emitidos pela universidade, como normas, portarias, resoluções, decisões, instruções normativas, regimentos, estatutos, etc.		Regulamentos emitidos, Normas, Portarias, Resoluções, Decisões, Instruções Normativas, Regimentos, Estatutos
14	Estatuto da universidade	Estatuto da universidade		Estatuto
15	Bolsas de monitoria/ estágio universitárias	Divulga lista de bolsas de monitoria ou estágio oferecidas		Bolsas, Monitoria, Estágio
16	Como chegar a universidade	Divulga mapa ou passo a passo de como chegar à universidade		Como chegar, Mapa
17	Estatísticas sobre o número e tipo vagas em cada faculdade	Divulga quantidade de vagas e tipo de vagas por faculdade, centro ou curso		Vagas, Número de vagas, Vestibular, Candidato
18	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)	Lista as publicações da universidade como periódicos, jornais, revistas e livros		Publicações, Periódicos, Jornais, Revistas, Livros
19	Endereços das unidades e setores da entidade	Divulga endereços das unidades e setores da entidade	Lei 12.527, art. 8.º	Endereços, como chegar
20	Telefones das unidades e setores da entidade	Divulga telefones das unidades e setores da entidade	Lei 12.527, art. 8.º	Telefones, Catálogo telefônico
21	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	Divulga horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	Lei 12.527, art. 8.º	Horário de atendimento, Expediente, Funcionamento
22	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	Divulga lista das informações que tenham sido classificadas e/ou desclassificadas como sigilosas, por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	Lei 12.527, art. 30.º	Sigilosas, Acesso a informação, Serviço de Informações ao Cidadão, SIC
23	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	Divulga a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	Lei 12.527, art. 30.º	Pedidos de acesso à informação, Serviço de Informações ao Cidadão, SIC

FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS

continua

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
24	Funcionários/ Faculdade	Divulga a quantidade de funcionários por faculdade, centro ou departamento		Funcionário por setor, Funcionário por faculdade
25	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	Relaciona os cursos de graduação e pós-graduação ofertados		Cursos de graduação, Cursos de pós-graduação, Mestrado, Doutorado
26	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	Se divulga ementas, programas de disciplinas e planos de estudos		Ementas, Programas de disciplinas, Planos de estudos
27	Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	Se divulga o número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação		Número de matriculados, Número de estudantes, Matriculados
28	Relação nominal ou numérica da composição docente	Se divulga a relação nominal de docentes da instituição		Relação de docentes, Relação de professores, Docentes, Professores
29	Descrição da qualificação dos docentes	Se divulga a descrição da qualificação dos docentes		Qualificação dos docente, Qualificação dos professores, Titulação
30	Editais públicos para a contratação docente	Se publica os editais públicos para a contratação docente		Edital, Concurso, Concurso professor, Concurso docente
31	Relação nominal de programas para a formação docente	Se publica a relação nominal de programas para a formação de docentes		Programas de formação docente, Programas de qualificação docente
32	Descrição de suas instalações	Se publica a descrição de suas instalações físicas: laboratórios, bibliotecas, salas de aulas, etc.		Estrutura física, Instalações físicas
33	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, e-learning, entre outros)	Se disponibiliza o acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitem os processos acadêmicos, como biblioteca virtual, bases de dados, e-learning, entre outros		Biblioteca virtual, E-learning, Aprendizagem virtual
34	Formados	Se disponibiliza lista de alunos formados		Lista de formados, Lista de egressos
35	Emprego/destino dos estudantes egressos	Destino dos alunos egressos		Destino dos egressos, Destino dos alunos egressos, Destino dos formados, Destino dos alunos formados
36	Percentual de estudantes na faculdade (detalhamento da distribuição do corpo discente)	Divulga o percentual de estudantes na faculdade, detalhando a distribuição do corpo discente por cursos, centros e faculdades		Distribuição do corpo discente, Distribuição dos alunos, Alunos por curso, Centro, Faculdade
37	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	Divulga lista de alunos vinculados a projetos de pesquisa ou de assistentes de pesquisa		Projetos de pesquisa aluno, Projeto de pesquisa bolsista
38	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	Divulga relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa		Publicações de alunos, Artigos publicados de alunos, Trabalhos publicados de alunos
39	Relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa	Divulga relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa		Redes de pesquisa aluno, Redes de pesquisa bolsista
40	Relação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	Divulga as linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa		Linhas de pesquisa, Grupos de pesquisa
41	Relação dos grupos de pesquisa	Divulga os grupos de pesquisa		Grupos de pesquisa

FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS

continua

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
42	Relação dos projetos de pesquisa	Divulga os projetos de pesquisa		Projetos de pesquisa
43	Relação das redes de pesquisa nas quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	Divulga a relação das redes de pesquisa nas quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores		Redes de pesquisa docente/professor, Grupos de pesquisa docente/professor
44	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	Divulga a relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição		Patentes, Segredos industriais, Propriedade intelectual
45	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	Divulga a relação das revistas ou de documentos que a instituição utiliza para divulgar os resultados da pesquisa formal		Lista/relação de revistas, Lista/relação de periódicos, Lista/relação de congressos
46	Relação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	Divulga os programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	Lei 12.527, art. 8.º	Cursos/extensão/comunidade, Seminários/extensão/comunidade, Oficinas/extensão/comunidade
47	Relação de atividades de serviço tendentes a buscar o bem-estar da comunidade	Divulga as atividades de serviço tendentes a buscar o bem-estar da comunidade	Lei 12.527, art. 8.º	Projetos/ comunidade, Ações/ comunidade, Atividades/ comunidade
48	Relação de atividades de consultoria	Divulga as atividades de consultoria executadas		Consultoria, Atividades de consultoria
49	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	Se permite o acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	LRF, art. 48	Orçamento, Execução orçamentária, Balanço orçamentário
50	Modificações no orçamento	Se disponibiliza as modificações ocorridas no orçamento		Crédito suplementar, Crédito especial, Crédito extraordinário
51	Gastos executados	Gastos executados	LRF, Art. 48; Lei 12.527, art. 8.º	Gastos, Despesas
52	Receita executada	Se disponibiliza a receita executada	LRF, Art. 48	Receita executada, Receita orçamentária, Receita realizada
53	Indicadores Orçamentários	Se disponibiliza indicadores orçamentários (custo corrente por aluno, custo aluno-hora, Índice de execução orçamentária, etc.)		Indicadores orçamentários, Custo corrente por aluno, Custo aluno-hora, Índice de execução orçamentária
54	Fluxos de caixa	Se disponibiliza fluxos de caixa		Fluxo de caixa, Demonstração dos Fluxos de Caixa, DFC
55	Dívida ativa	Se disponibiliza valor da dívida ativa		Dívida ativa, Restos a pagar
56	Variação da dívida	Se disponibiliza a variação da dívida entre os anos		Dívida ativa, Restos a pagar
57	Ativos não correntes	Se disponibiliza o valor dos ativos não correntes, normalmente no balanço patrimonial		Ativos não correntes, Balanço patrimonial, Ativo permanente
58	Variação de ativos não correntes	Se disponibiliza as variação de ativos não correntes		Ativos não correntes, Balanço patrimonial, Ativo permanente
59	Indicadores financeiros (índices)	Se disponibiliza Indicadores financeiros (Índice de restos a pagar inscritos e não pagos, Índice de pagamentos realizados, Índice de eficiência de execução financeira, etc.)		Indicadores financeiros, Índice de restos a pagar inscritos e não pagos, Índice de pagamentos realizados, Índice de eficiência de execução financeira

FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS

continua

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
60	Capital humano	Se disponibiliza informações de capital humano como formação, qualificação e capacitação de docentes e servidores		Capital humano, Formação de docentes/ servidores, Qualificação de docentes/ servidores, Capacitação de docentes/ servidores
61	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	Se possibilita o acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade, no caso do ano de 2011, 2010 e anteriores		Orçamento, Execução orçamentária, Balanço orçamentário
62	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	Se possibilita o acesso aos demonstrativos contábeis do último ano, no caso o ano de 2012: Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Resultado Econômico (DRE)	LRF, art. 48	Demonstrativos contábeis, Demonstrações contábeis, Peças contábeis, Relatórios contábeis, Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Resultado Econômico (DRE)
63	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	Se permite acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos: Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Resultado Econômico (DRE)		Demonstrativos contábeis, Demonstrações contábeis, Peças contábeis, Relatórios contábeis, Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Resultado Econômico (DRE),
64	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	Se disponibiliza o parecer de auditoria ou o parecer da CGU do último ano	LRF, art. 48	Parecer de auditoria, Parecer da CGU, Parecer da Controladoria Geral da União
65	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	Se disponibiliza o parecer de auditoria ou o parecer da CGU com dois ou mais anos		Parecer de auditoria, Parecer da CGU, Parecer da Controladoria Geral da União
66	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	Se disponibiliza as políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil		Políticas contábeis, Critérios contábeis, Normas contábeis
67	Acesso ao informe de gestão do reitor		Lei 12.527, art. 8.º	
68	Acesso a indicadores de gestão	Se disponibiliza indicadores de gestão: aluno/professor, aluno/servidor, servidor/professor, taxa de sucesso na graduação		Indicadores de gestão, Aluno/ professor, Aluno/servidor, Servidor/professor, Taxa de sucesso na graduação

FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS

continua

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
69	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	Se divulgação orientações para a contratação de terceiros, ou seja, critérios para a terceirização		Orientações para a contratação de terceiros, Critérios para a terceirização
70	Plano estratégico aprovado	Se divulga o plano estratégico aprovado ou o planejamento estratégico da instituição		Plano estratégico, Planejamento estratégico
71	Execução do plano estratégico	Se divulga a execução do plano estratégico, ou seja, disponibiliza o acompanhamento da execução do planejamento estratégico		Plano estratégico, Planejamento estratégico
72	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	Se publica os editais de licitação da compra de bens e serviços	Lei 12.527, art. 8.º; Lei 8.666 art. 21	Editais de licitação, Licitações, Compras, Contratos de licitação
73	Execução de obras e serviços licitados	Se divulga a execução de obras e serviços licitados, permitindo acompanhar o <i>status</i> de execução desses contratos		Execução licitação, <i>Status</i> licitação, Execução contratos, <i>Status</i> contratos
74	Fornecedores-padrão	Divulga lista com critérios para a contratação de fornecedores		Critérios para contratação de fornecedores
75	Depreciação	Divulga o valor da depreciação de seus ativos		Depreciação
76	Custo unitário por estudante	Divulga o custo unitário por estudante		Custo por estudante
77	Subsídio para pesquisa	Divulga os valores de subsídio para pesquisa		Subsídio para pesquisa, Investimento em pesquisa
78	Alocação de custos indiretos	Divulga critérios utilizados para a alocação de custos indiretos		Custos indiretos, Critérios de alocação
79	Biblioteca	A biblioteca possui seção específica		Biblioteca
80	Investimentos	Divulga valores de investimentos		Investimentos
81	Compromissos e contingências	Divulga valores referentes a compromissos e contingências		Compromissos, Contingências
82	Emprego e informação do patrimônio educacional	Divulga detalhes sobre o emprego e informações do patrimônio educacional		Utilização do espaço físico, Utilização da infraestrutura, Utilização do patrimônio
83	Revisão financeira	Divulga detalhes referentes a revisões financeiras efetuadas		Revisão financeira
84	Link para a página denominada Transparência Pública	Divulga link para a página denominada Transparência Pública	Decreto 5.482/2005	Transparência Pública
85	Link para a página Processos de Contas Anuais	Divulga link para a página Processos de Contas Anuais	Portaria 262 CGU	Processos de Contas Anuais
86	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	Divulga informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	Lei 12.527, art. 8.º	Repasses de recursos, Transferências de recursos
87	Resultados de licitação	Divulga os resultados de licitação	Lei 12.527, art. 8.º	Resultados de licitação, Vencedores de licitação, Licitação
88	Contratos de licitação	Divulga os contratos de licitação	Lei 12.527, art. 8.º	Contratos de licitação, Licitação
89	Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a contabilidade geral na página web	Divulga na íntegra a contabilidade geral em página web permitindo acessar todos os demonstrativos contábeis, critérios contábeis, depreciações, avaliações de ativos, etc.		Verificar se existe seção dedicada à contabilidade geral
90	Informação fornecida periodicamente	Divulga a informação financeira periodicamente sem lacunas na divulgação		Verificar se a informação financeira é divulgada sem lacunas de periodicidade na divulgação
91	Comparabilidade da informação: existe possibilidade de comparabilidade da informação	A informação financeira divulgada permite a comparabilidade da informação entre períodos		Verificar se existe a possibilidade de comparabilidade da informação entre períodos

FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS

continua

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
92	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	A informação financeira inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira		Verificar se a informação financeira inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira
93	Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada	A informação financeira é divulgada em seção segregada com os dados agrupados		Verificar se a informação financeira é divulgada em seção segregada com os dados agrupados
94	Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada	A informação financeira é auditada pela CGU ou outro órgão externo à instituição		Verificar se a informação financeira é auditada pela CGU ou outro órgão externo à instituição
95	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica	Divulga informação sobre indicadores de responsabilidade econômica: critérios de avaliação de fornecedores, política do consumo consciente, etc.		Responsabilidade econômica, Critérios de avaliação de fornecedores, Política do consumo consciente
96	Responsabilidade social	Divulga informações sobre responsabilidade social: desenvolvimento de projetos sociais, impacto da instituição na comunidade de entorno, relações com organizações sociais, etc.		Responsabilidade social, Desenvolvimento de projetos sociais, Impacto da instituição na comunidade de entorno, Relações com organizações sociais
97	Responsabilidade ambiental	Divulga informações sobre responsabilidade ambiental: compromisso com tecnologias mais limpas, política de gestão ambiental, minimização do consumo de recursos naturais, etc.		Responsabilidade ambiental, Tecnologias mais limpas, Gestão ambiental, Consumo de recursos naturais
98	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica	Existe selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou gestão acadêmica		Selo de qualidade, Qualidade ISO, Certificação de qualidade, Certificação ISO
99	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	Divulga a relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária de qualidade		Certificação de qualidade
100	Acesso aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional ou de programas	Divulga os informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional ou de programas		Avaliação institucional, autoavaliação
101	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	Divulga relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica		Prêmios obtidos, Premiações
102	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	Divulga a relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)		ENADE, IGC, CPC, Exame de qualidade
103	É possível encontrar a informação em vários idiomas	Divulga as informações do site em vários idiomas		Verificar se divulga
104	Disponibiliza links para acessar sites vinculados à regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou rankings de universidades, entre outros	Idem à descrição		Regulação acadêmica, Gestão acadêmica, Avaliação da qualidade, Rankings de universidades

FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS

continua

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
105	Inclui nas páginas a data da última atualização	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se inclui
106	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	Idem à descrição		Verificar se dispõe
107	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas			
108	Disponibiliza um mapa da página web	Idem à descrição		Verificar se dispõe
109	Incorporação de motores de busca na página web para facilitar o acesso à informação	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se tem busca no <i>site</i>
110	Inclui suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	Existe suporte em múltiplas mídias (vídeos, áudio, apresentações) para apresentar os dados financeiros		Verificar se existe suporte em múltiplas mídias (vídeos, áudio, apresentações) para apresentar os dados financeiros
111	Incorpora recursos que facilitem uma correta impressão da informação	Possui botão de impressão		Verificar se possui botão para a impressão das informações divulgadas
112	Permite o <i>download</i> de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	Permite baixar as informações divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se permite baixar as informações divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)
113	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade	Idem à descrição		Verificar se disponibiliza
114	A segurança da página web está certificada por uma entidade independente e sólida	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se a página é certificada (HTTPS ou cita a empresa certificadora)
115	Há uma seção específica no <i>site</i> para acessar cada tipo de informação	O <i>site</i> possui seções que agrupam as informações por tipo		Verificar se o <i>site</i> possui seções que agrupam as informações por tipo
116	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	As informações financeiras são divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se as informações financeiras são divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)
117	É claramente diferenciada na web a existência de links externos e internos do ente público	Idem à descrição		Verificar se existe claramente diferenciado o acesso
118	A página web utiliza como ferramenta hiperlinks na informação financeira prestada	Existem links nos relatórios financeiros e demais informações financeiras divulgadas		Verificar a existência
119	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página web	Apresenta o responsável (pessoa ou setor) por divulgar as informações		Verificar se divulga
120	A página web oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo	Idem à descrição		Verificar se disponibiliza
121	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se há referência para acesso por aplicativos automatizados
122	Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se divulga os detalhes do formato da informação

FORMULÁRIO 1 - ÍNDICE INDEXDUF APLICADO NOS PORTAIS

conclusão

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
123	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal	Disponibiliza <i>downloads</i> de formulários para os alunos da graduação		Verificar se disponibiliza
124	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento	Disponibiliza <i>downloads</i> de formulários para os alunos de cursos de aprimoramento		Verificar se disponibiliza
125	É possível realizar <i>online</i> transações administrativas da educação formal	É possível realizar procedimentos <i>online</i> na graduação		Verificar se é possível
126	É possível realizar <i>online</i> transações administrativas de cursos de aprimoramento	É possível realizar procedimentos <i>online</i> nos cursos de aprimoramento		Verificar se é possível
127	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal	É possível tramitar <i>online</i> até o pagamento transações administrativas na graduação (pagamento de taxas, pagamento por serviços, etc.)		Verificar se é possível
128	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento	É possível tramitar <i>online</i> até o pagamento transações administrativas nos cursos de aprimoramento (pagamento de taxas, pagamento por serviços, etc.)		Verificar se é possível
129	<i>E-learning</i> na educação formal	Utiliza ferramentas de <i>e-learning</i> (ambientes de aprendizagem virtual) na educação formal		Verificar se utiliza
130	<i>E-learning</i> em cursos de aprimoramento	Utiliza ferramentas de <i>e-learning</i> (ambientes de aprendizagem virtual) em cursos de aprimoramento		Verificar se utiliza
131	Caixa de reclamações ou sugestões	Disponibiliza link para sugestões e reclamações		Ouvidoria, <i>Ombudsman</i> , Sugestões, Reclamações
132	Foros de discussão na web da universidade	Disponibiliza foros de discussão institucionais		Foros de discussão
133	Chat	Disponibiliza <i>chats</i> institucionais		<i>Chat</i>
134	Pesquisas de opinião	Realiza no <i>site</i> pesquisas de opinião		Verificar se realiza
135	<i>Blog</i>	Disponibiliza <i>blogs</i> institucionais		<i>Blog</i>
136	A página web apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade	Possui lista de contatos com serviços prestados e responsáveis		Serviços prestados, Lista de contatos, Catálogo de contatos, Catálogo de telefones
137	A página web permite a inclusão de um <i>mailing list</i> para permitir atualização de informação aos usuários que o solicitem	Possui <i>mailing list</i> ou <i>newsletter</i> institucional		<i>Mailing list</i> , <i>Newsletter</i>
138	A página web indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o <i>webmaster</i> para a solicitação de informação geral	Possui contato do <i>webmaster</i> ou responsável pelo conteúdo	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se possui
139	Apresenta seção com perguntas e respostas	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Perguntas e respostas, Perguntas frequentes, Questões frequentes, Dúvidas frequentes

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Pessoa (2013).